

Ata da 174ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida em Brasília-DF, no período de 05 a 08 de fevereiro de 2015, Gestão 2014-2017 – Tecendo na luta a manhã desejada

1 Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, reuniram-se na
2 Sede do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS –, na Cidade de Brasília-DF,
3 os Conselheiros do Conselho Federal de Serviço Social, constantes da lista de
4 presença em livro próprio, para participarem da 174ª Reunião Ordinária do Conselho
5 Pleno do CFESS, conforme convocação, por meio da Comunicação Interna CFESS
6 nº 1/2014, de 13 janeiro de 2014, na qual estabelece que, posteriormente, será
7 encaminhada proposta de pauta para apreciação e sugestões. Dia 05 – 1.
8 Apresentação da pauta; 2. Momento Cultural; 3. Análise da Conjuntura; 4. Informes
9 5. Convites; 6. Assuntos Contábeis; 6.1. Situação Financeira 2014; 6.2. Quadro
10 comparativo da receita e despesa em relação ao ano anterior; 6.3 TCU; 7. Conselho
11 Fiscal; 8. Retomada de informes e convites; 9. Proposta de monitoramento das
12 deliberações do Encontro Nacional; 10. Encontro Nacional CFESS/CRESS 2015; 11.
13 Agenda Permanente; 12. Arte Cartaz do Dia do Assistente Social; Dia 07 – 13.
14 CBAS; 14. Política Nacional de Comunicação; 15. Seminário Nacional de
15 Comunicação; 16. Campanha de Recadastramento; 17. Encontro da Seguridade
16 Social; 18. Encontro sobre pessoas transexuais; 19. Convite do 34º Congresso do
17 ANDES; 20. Folder de propaganda de divulgação de um curso de Assistente Social
18 na Faculdade Guararapes (PE); 21. Assuntos Jurídicos (Sylvia); 21.1 Recursos
19 Éticos; 21.2. Julgamentos de Recursos Éticos; 22. Fórum Nacional de Execução; 23.
20 Liberação da Conselheira Valéria; 24. CAI – Redenção Pará; 25. Assuntos Jurídicos
21 (Vitor); 25.1 Contratos com as autoras dos textos Ética em Movimento; 25.2. Minuta
22 de Resolução de Acesso aos Fundos; 25.3. Padronização do Sistema; 25.4
23 Faculdade Reunida – não credenciada pelo MEC; 25.5. Supervisão do estágio EAD;
24 25.6. Ofício CRESS Paraíba nº 042/2015; 25.7 Prioridades da assessoria Jurídica –
25 Sylvia; 25.8 Prioridades da assessoria Jurídica – Vitor; Dia 08 – 26. Arte do dia do/a
26 assistente social; 27. Seminário Serviço Social, Regiões Fronteiriças e Fluxos
27 Migratórios; 28. Encaminhamento de PLs; 29. Relatório de Gestão 2014; 30.
28 Deliberações das Comissões – 30.1 Adm-Fin; 30.2 Comunicação; 30.3 CEDH; 30.4
29 COFI; 30.5. Formação; 30.6 RI; 30.7 Seguridade. Dia 05 de fevereiro (Manhã). O
30 Conselheiro **Maurílio** deu início à reunião informando a pauta, as ausências
31 justificadas: Hirley, Alessandra, Tânia, Sandra e Raquel; e pedindo desculpas pelo
32 atraso em seu envio, justificado pelo acúmulo de trabalho; sugeriu que as comissões
33 passassem para 6ª feira devido à ausência da Erlênia, mas que os participantes
34 pensassem se o tratamento desse assunto permaneceria às 6ª feiras ou seria
35 mantido às 5ª feiras conforme ocorria nas gestões anteriores; sugeriu como pauta:
36 05/02 (manhã) – momento cultural, análise, conjuntura, assuntos contábeis e
37 conselho fiscal; 05/02 (tarde) – tutorial (mesmo na ausência da Sandrinha),
38 monitoramento das deliberações do Encontro Nacional, propostas para o Encontro
39 Nacional CFESS-CRESS devido à reunião, em março, com o CRESS do Rio sobre a
40 organização do evento, seguida do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais,
41 pois já teriam o acúmulo da reunião do ABEPSS e da estrutura para o CBAS, bem
42 como informes da estrutura de Recife e o Encontro Nacional de Seguridade Social,
43 encontros anteriores (Zenite) e propostas preliminares (Alessandra); 06/02 (manhã)

44 – Comissões: Comunicação, COFI e Adm-Fin; 06/02 (tarde) – Comissões: Ética,
45 Seguridade e Formação em RI; 07/02 (manhã) – Seminário Nacional de
46 Comunicação, Política Nacional de Comunicação (socialização da programação);
47 07/02 (tarde) – assuntos jurídicos; 08/02 (manhã) – PLs que interferem na profissão
48 de assistente social (acompanhamento e discussão), Relatório de Gestão 2014 (tirar
49 dúvidas) e 08/02 (tarde) – deliberação das comissões. O Conselheiro **Maurílio**
50 perguntou se alguém tinha algum ponto para incluir. A Conselheira **Esther** informou
51 que havia dois encaminhamentos do GT: a campanha de cadastramento e a
52 questão da contratação de uma assessoria para o GT inadimplência. O Conselheiro
53 **Maurílio** informa que está fazendo a chamada, pois a próxima pauta do pleno estará
54 bem cheia (comissão especial e ABEPSS). **2. Atividade Cultural. 3. Análise**
55 **Conjuntural - A Assessora Especial Adriane** sugeriu que a Josi retomasse o ponto a
56 respeito dos *e-mails* que reatualizavam o conservadorismo; ela disse que começaria
57 a fim de partilhar sobre as eleições para o diretório central dos estudantes na
58 Universidade Federal de Sergipe; disse que, assim que as inscrições das chapas
59 terminaram, as pessoas da chapa da situação, de corrente petista, partilharam com
60 ela, via *whatsApp*, a preocupação que tinham em relação a essas inscrições, pois só
61 tinham duas chapas inscritas: a da situação e a de oposição, sendo essa
62 conservadora, denominada Liberte-se e vinculada a um organismo conservador
63 denominado Juventude, o qual, por sua vez, tinha ligação com outro organismo da
64 juventude; lembrou-se de uma discussão que a Lúcia tinha feito no Ética em
65 Movimento, em que ela havia projetado um debate com um candidato proveniente
66 de uma Universidade que integrava um grupo que fazia parte de uma organização
67 no Brasil formada de intelectuais de extrema direita que vem do Sul, havia ficado
68 impressionada com o vocabulário conservador e resolveu pesquisar essa chapa
69 mais conservadora e o organismo ao qual ela estava ligada e descobriu um *link* que
70 continha uma espécie de mandamentos dessa nova juventude de extrema direita
71 que estava se formando; informou que a chapa conservadora perdeu, mas não com
72 uma diferença muito grande e que só 3 mil alunos tinham votado de um total de 30
73 mil e desses, 2000 e pouco votaram na chapa vencedora, a da situação; disse que a
74 chapa conservadora negou a vinculação com a juventude conservadora, mas que
75 não havia como negar; ficou muito assustada com essa fala explícita dos
76 conservadores e preocupada com a possibilidade que a mesma pudesse repercutir,
77 em curto prazo, junto aos futuros profissionais; citou também a questão da
78 presidência da Câmara e o pavor das pessoas com o perfil do sujeito. A Conselheira
79 **Valéria** aproveitou a linha de raciocínio sobre a questão da presidência da Câmara
80 para falar sobre o Curso sobre Sexualidade no DF e informar que o CRESS-DF
81 estava tentando alguma ação. O Conselheiro **Maurílio** se lembrou de uma conversa,
82 pelo *whatsApp*, que a Valéria havia repassado sobre os assistentes sociais que
83 tinham feito o curso Ética e Movimento; disse que não criticava a relação entre
84 religiosidade e militância e que não achava que o militante essencial era o ateu;
85 criticou é a ideia alienada que essa corrente transmitia; criticou a aprovação da
86 proposição de regulação do cultivo do plantio da maconha, pois não havia tido um
87 debate profundo, como aconteceu com o aborto; disse acreditar que ocorriam muitas
88 omissões nos Encontros Nacionais quando se pretendia votar assuntos polêmicos e
89 que tais assuntos deveriam ser muito debatidos para que a hegemonia da categoria
90 não fosse comprometida. A Conselheira **Juliana** disse acreditar que essas práticas
91 conservadoras sempre existiram, mas que agora estavam escancaradas e a

92 tecnologia estava contribuindo muito para essa divulgação; contou a história do
93 assassinato de dois jovens, ocorridos em Vitória, cuja causa foi o simples fato deles
94 serem homossexuais, mas que a mídia não havia tratado como deveria; concordou
95 com o Maurílio quanto às omissões que ocorrem nos Encontros Nacionais; disse
96 que era necessário um amadurecimento para se tomar qualquer decisão e para
97 saber a maneira correta de conduzir os assuntos polêmicos, pois acreditava que os
98 CRESS não tomariam muitas ações nesse sentido. A Conselheira **Esther** pautou
99 sobre a tramitação do PL do Estatuto da Família na Câmara Federal, informando
100 que havia dois requerimentos pedindo o desarquivamento de proposições anteriores
101 e pedindo atenção especial ao acompanhamento desse estatuto, pois ele afeta a
102 concepção de família, o avanço do conservadorismo e impacta a intervenção
103 profissional em todas as políticas. A Assessora Especial **Zenite Bogea** contribuiu
104 reafirmando as dificuldades que enfrentarão em debater certas questões devido à
105 nova composição da Câmara e do Senado. A Assessora Especial **Cristina Abreu**
106 falou sobre o acompanhamento do PLs; disse que se, ao final da legislatura, um
107 projeto não tiver seu parecer aprovado, ele é automaticamente arquivado, tendo o
108 autor até 180 dias para pedir seu desarquivamento e retorno ao trâmite normal; citou
109 como exemplo o projeto do piso, que foi aprovado, mas está arquivado; disse que o
110 PL do Estatuto da Família, ao contrário de outros, teve seu pedido de
111 desarquivamento quase que imediato, no primeiro dia da legislatura; contou que as
112 deputadas Érica e Manuela, ambas da Comissão de Seguridade Social e Família,
113 juntamente com um grupo, se opuseram ao parecer do relator, o qual aprovava o
114 estatuto; sugeriu que fizessem incidência junto a esses parlamentares que estão
115 apoiando a aprovação; falou como as redes sociais eliminavam o silêncio e a
116 vergonha das pessoas de se exporem publicamente, inclusive as conservadoras,
117 bem como da falta de visão e de noção de totalidade dos políticos; mencionou o
118 desafio, até dentro da categoria, de melhor a capacidade de pensar e refletir sobre
119 determinadas coisas. A Conselheira **Josiane** lembrou que a Comissão de Formação
120 precisava acompanhar a nota lançada pelo CRESS-PE sobre a propaganda de uma
121 faculdade de Guararapes, em Recife, que dizia “se você quer fazer o bem, venha
122 fazer serviço social na faculdade tal.” A Conselheira **Bernadette** comentou sobre o
123 crescimento da quantidade de estudantes evangélicos, o que aumentaria o
124 conservadorismo. A Conselheira **Esther** leu o voto da deputada Manuela D’Ávida do
125 PC do B do RS que concluía pela inconstitucionalidade, injuricidade, má técnica
126 legislativa e, no mérito, pela rejeição do substitutivo. A Assessora **Cristina Abreu**
127 informou que o PL não trata só de casamento, mas que invade também outras áreas
128 como, por exemplo, a educação. A Assessora **Adriane Dias** falou sobre o *boom*,
129 nas redes sociais, causadas pelas declarações do papa, tais como “não se
130 reproduza como um coelho” e como o conservadorismo fica nítido nesses casos. A
131 Assessora **Cristina Abreu** fez encaminhamento quanto à questão legislativa
132 levantando a necessidade de se verificar se a Manuela, a Érica e a Fátima
133 continuariam na comissão; caso contrário, como funcionaria o processo legislativo,
134 enfim, atentar para a recomposição das comissões. A Conselheira **Marlene** disse
135 acreditar em duas grandes frentes de enfrentamento, sendo uma delas dentro do
136 conjunto CFESS-CRESS e a outra nos espaços onde os conselheiros estão
137 inseridos; citou o seminário Trans e as dificuldades que podem enfrentar nele, tais
138 como manifestações, adesão reduzida; concordou com as omissões que ocorrem no
139 Encontro Nacional e nos CRESS; defendeu a necessidade de se provocar o debate

140 político contra esse conservadorismo, mas utilizando fundamentos; lembrou que os
141 novos profissionais têm formação precária do ponto de vista filosófico, sociológico e
142 político. **4. e 5.** O Conselheiro **Maurílio** informou que o CFESS recebeu o livro
143 “Execução das Medidas Socioeducativas” em uma atividade em que a Raquel e a
144 Marlene participaram; lembrou da necessidade de contratação de uma bibliotecária;
145 informou também o recebimento do CRESS-BA o vídeo “Assistentes Sociais e
146 corações à esquerda” em comemoração aos seus 50 anos. A Conselheira **Valéria**
147 informou sobre o livro recebido na posse da Ministra do MDF chamado “Brasil sem
148 Miséria” **5.** O Conselheiro **Maurílio** comunicou os convites recebidos pelo dia do
149 Assistente Social; um deles o do CRESS/AL nos dias 13 e 14 de maio com a
150 participação confirmada dele (dia 13) e da Josi (dia 14); o outro é o do CRESS/RJ
151 nos dias 6 e 27 de maio com a participação dele já confirmada e o do CRESS/CE no
152 dia 13 de maio com a participação da Josi a confirmar; informou sobre o convite do
153 Hospital San Raphael, em Salvador, dia 26 de março, às 9h10, para participação em
154 um seminário que falará sobre o tema “A importância da publicização do fazer
155 profissional da saúde na contemporaneidade”, sendo a Nazarela a representante
156 pelo CFESS; participação dele, da Naza e da Solange no evento Frente Nacional
157 contra a Privatização; participação da Esther, Alessandra e, a confirmar, da Sandra
158 no evento Trabalho Mercosul. A Conselheira **Juliana** pediu que se esperasse mais
159 para se definir os participantes dos próximos convites enviados pelos CRESS em
160 relação ao dia do Assistente Social, a fim de que se faça uma melhor avaliação
161 política de quem vai para onde. A Conselheira **Esther** confirmou que vão participar
162 do CRESS na estrada a ser realizado no Acre, pois terá uma atividade aberta à
163 categoria conforme foi informado pela Sandra, presidente do CRESS/AC e que ficou
164 de discutir no Pleno a realização dessa atividade e qual seria a temática para dar um
165 retorno ao CRESS/AC e que eles sugeriram uma apresentação para o CRESS e
166 para as autoridades, mas ficou de levar no Pleno; sugeriu falar sobre a natureza do
167 conjunto CFESS/CRESS. Promover uma atividade com a categoria que é bem
168 importante e que por isso deviam pensar que poderia chegar antes e quem poderia
169 chegar depois; bem como os temas que poderiam desenvolver; concordou
170 plenamente com o que a Juliana colocou quanto à questão da avaliação política
171 para participação nos eventos do dia do Assistente Social enviados pelos CRESS;
172 afirmou que sempre fazem uma análise política e que os convites aceitos eram
173 estratégicos; disse que aceitaram os convites porque eles foram feitos com
174 antecedência e são CRESS que teriam que ir de qualquer forma (Ceará – Encontro
175 Nacional e Alagoas – eleição) **6. 6.1.** Passou-se a apresentação do resultado
176 orçamentário financeiro do Conselho em 2014. De acordo com o Assessor Contábil
177 **Vilmar Medeiros**, o Conselho tinha arrecadado, em 2014, R\$6.614.000,00, que
178 correspondia a 95,86% da receita total (R\$ 6.900.000,00); sobre a receita corrente o
179 Conselho arrecadou R\$ 6.462.000,00, o que correspondia a 100,19% da receita
180 corrente total (R\$6.450.000,00); a despesa total foi de R\$ 6.338.000,00 e a corrente
181 foi de R\$ 6.105.000,00; informou que o Conselho apresentou, em 2014, um
182 superávit orçamentário de R\$ 275.000,00, só a receita total, e um superávit primário
183 de R\$ 360.000,00, sem contar que havia sido destinado R\$ 450.000,00 para os
184 fundos, logo, o superávit seria de R\$ 675.000,00; disse que a situação estava
185 equilibrada, mesmo ocorrendo aumento dos custos; que passaram o ano com o
186 saldo de R\$ 4.286.000,00 entre contas correntes e aplicações, contra uma despesa
187 de R\$ 2.441.000,00, que, na verdade, correspondia quase em sua totalidade aos

188 fundos que tinham no passivo para repassar; que tem um superávit de R\$
189 1.844.000,00 que poderia ser utilizado em 2015, o qual seria uma sobrelida
190 financeira do Conselho caso ele tivesse que gastar todos os fundos. **6.2.**
191 Apresentação de planilha de comparação da receita e despesa em relação ao
192 mesmo período do ano passado. O Assessor **Vilmar Medeiros** informou que a
193 receita teve um aumento de 19,79% que correspondia a R\$ 1.092.000,00, bem
194 maior que outros conselhos e que só uma análise de cada regional para saber o que
195 tinha gerado esse aumento; disse acreditar a má gestão é que leva alguns CRESS
196 quebrarem. A Conselheira **Daniela Neves** falou que mesmo alguns quebrados,
197 como o do RN, que está com gestão nova, pagaram empréstimo, o que foi
198 confirmado pelo Assessor **Vilmar Medeiros**, tendo sido o valor de R\$ 79.000,00,
199 justificado, segundo ele, pelo bom trabalho feito lá, diferente de Pernambuco que
200 não tinha conseguido pagar e ainda havia pegado mais emprestado. O Assessor
201 **Vilmar Medeiros** disse que a despesa foi de R\$ 1.028.000,00, aumento de 19%,
202 mas que mesmo assim o resultado foi superavitário devido ao equilíbrio
203 receita/despesa; justificou o aumento da despesa devido ao aumento do fundo e a
204 troca de gestão, a qual gera um gasto maior; as comissões tiveram um gasto de R\$
205 1.200.000,00 considerado bom; explicou que o ideal é atingir o 100% do orçamento,
206 pois demonstra a capacidade do conselho planejar e executar, mas que a despesa
207 de 90% está equilibrada e que no serviço público, ao contrário do privado, o
208 entendimento é de que você deve gastar o que arrecada; o fundo sede teve um
209 acréscimo muito bom aos R\$ 322.000,00 que já tinha e que deveria ser informado
210 ao Acre que ele tinha cerca de R\$ 160.000,00 para fazer sua sede; parabenizou a
211 ideia do Conselho aumentar esse fundo; disse que R\$ 160.000,00 seria para o Acre
212 e outros R\$ 160.000,00 seria para Tocantins e sugeriu que para o final de 2015
213 tivesse uma aporte maior. A Conselheira **Esther** citou um ofício que tinha vindo da
214 Paraíba e que seria apreciado na Adm-Fin o qual solicitava aporte ao CFESS;
215 lembrou que a Paraíba já tinha uma sede e resolveu comprar uma nova sem
216 nenhuma consulta ao CFESS e agora estava com problema; reforçou a ideia de que
217 o fundo sede é para CRESS que não tenham sede e não para os que queiram trocar
218 de sede. O Assessor **Vilmar Medeiros** pediu para informar ao Acre da existência
219 desse fundo de bens móveis já que eles terão que comprar bens móveis, seria uma
220 ajuda em torno de 15, 20 mil reais; comunicou que o fundo de eventos está com R\$
221 352.000,00; o capacitação com R\$ 210.000,00; o nacional com R\$ 560.000,00 e o
222 de cadastramento passou para R\$ 520.000,00, sendo este mais do que suficiente
223 para o maquinário que o Conselho comprará; repetiu mais uma vez que a situação
224 do CFESS está equilibradíssima. A Conselheira **Juliana** lembrou que o único fundo
225 normatizado é o Fundo Nacional de Apoio; que o fundo sede era para ser usado só
226 para os que não tinham sede; o fundo de bens móveis exige do CRESS só um
227 projeto indicando a ausência de recursos e a necessidade de bens móveis; disse
228 que desde que está no CFESS não viu o fundo de bens móveis ser usado e que
229 havia ficado definido que parte dele seria usado para a compra dos equipamentos
230 do cadastramento e para o processo de substituição das carteiras nos CRESS. A
231 Conselheira **Juliana** sugeriu que se usasse isso no Acre e em outros CRESS caso
232 quisessem. O Assessor **Vilmar Medeiros** disse que isso era informado todos os
233 anos, inclusive no Encontro Nacional. A Conselheira **Esther** disse acreditar que
234 talvez não usem todo o dinheiro aportado para o cadastramento; já trabalhando no
235 edital para contratação da empresa; necessidade de licitação para a compra dos

236 equipamentos necessários, gasto em torno de R\$ 400.000,00 devido às
237 especificidades que são necessárias. A Assessora **Cristina Abreu** reforçou a
238 necessidade de encaminhamento para regulamentar os fundos, uma resolução para
239 cada fundo, porque assim os critérios e formas de acesso a esses fundos ficariam
240 bem claras permitindo aos CRESS se colocarem. A Conselheira **Esther** fez coro às
241 palavras da Assessora **Cristina Abreu**. O Conselheiro **Maurílio** sugeriu levar esse
242 assunto para a comissão da Adm-Fin. Retomando a pauta no ponto sobre o
243 balancete de dezembro, a Conselheira Juliana disse que o Conselho Fiscal indicava
244 a aprovação do balancete da prestação de contas de 2014. A Conselheira **Esther**
245 salientou a importância das informações do Vilmar para o planejamento do
246 Conselho; perguntou se havia alguém contrário à aprovação do balancete de 2014;
247 não houve abstenções; declarou aprovado o balancete orçamentário 2014. O
248 Assessor **Vilmar Medeiros** comentou sobre o centro de custos das comissões e seu
249 funcionamento; toda despesa realizada deverá ser comunicada ao funcionário
250 responsável de forma detalhada, pois na hora que ocorrer será contabilizado direto
251 no projeto; ao final do ano serão analisados projeto a projeto e verificado o que foi
252 previsto e o que foi realmente gasto, o que ajudaria na elaboração do relatório de
253 gestão; comprometeu-se a enviar a relação dos centros de custos e a sistemática de
254 funcionamento para os que estavam presentes à reunião, funcionários, assessores,
255 conselheiros. A Conselheira **Esther** questionou qual era o sistema utilizado pelos
256 CRESS, pois para realizar o cadastramento seria necessário ter o SISCAP. O
257 Conselheiro informou que todos os CRESS têm SISCAP, SISCOT e SISPAT **6.3**. O
258 Assessor **Vilmar Medeiros** informou que demorou a fazer a manifestação contábil,
259 pois esperou o contato do Dr. Geovani do TCU para tirar umas dúvidas; que talvez
260 seja necessário fazer uma complementação dessa manifestação devido a uma
261 decisão que o TCU deve baixar; a manifestação feita tratou da decisão normativa nº
262 140 de 15/10/2014, do TCU, que obrigou os conselhos federal e regionais da 16ª e
263 da 19ª a apresentarem peças complementares ao respectivo relatório de gestão; o
264 Conselho Federal terá que encaminhar essas peças complementares até setembro
265 do próximo ano; lembrou que só esses três conselhos seriam fiscalizados pela CGU;
266 disse que o Dr. Geovani informou que competia à CGU a realização da auditoria de
267 gestão no CFESS e nos CRESS pela 16ª e 19ª Regiões e que seria a primeira vez
268 que aconteceria que o TCU não fiscalizaria, era um projeto-piloto; que talvez tenham
269 escolhido o Conselho de Serviço Social devido ao conteúdo do relatório de gestão;
270 garantiu que a escolha foi técnica; o controle interno analisou e colocou o CFESS e
271 os CRESS como projetos-pilotos. O Assessor **Vilmar Medeiros** disse que CRESS
272 como o de Alagoas e de Goiás o trabalho seria pequeno, sendo o maior no CFESS;
273 explicou que essa auditoria geralmente é feita por 2 ou 3 auditores que ficam no
274 local por 5 dias e que apresentam um relatório prévio no final; que vão querer
275 conhecer todo o conselho (parte contábil, jurídica, comissão de licitação); que eles
276 se basearão no relatório de gestão de 2014; questionarão a situação financeira,
277 pessoal, forma de contratação; que a sequência é: TCU gera um relatório inicial,
278 envia para o CFESS analisar e justifica o que for necessário e daí pode ser alterado
279 se for o caso; informou que o conselho fiscal gera um relatório que aprova o relatório
280 vindo do TCU; que depois que o CTC analisa o relatório, vai para o conselho pleno
281 analisar e fazer a justificativa sobre os relatórios do conselho fiscal e da CGU e, na
282 sequência, envia para o TCU; que é o Conselho Federal o responsável por analisar
283 o relatório de Goiás e Alagoas, aprovar e encaminhar ao TCU; o TCU julgará essas

284 contas; se tiver alguma irregularidade o TCU informará, mas que cabe justificativa,
285 recurso; explicou que o GCU tem 120 dias para fazer a auditoria a contar da entrega
286 do relatório de gestão, mas que como esse prazo se dará no dia 30 de setembro,
287 prazo final do CFESS encaminhar ao TCU, acredita que eles devem fazer a
288 auditoria, o mais tardar em julho; que o prazo do CGU fazer a auditoria é de 70 dias
289 após a entrega da prestação; informou que as peças complementares a serem
290 enviadas eram o rol de responsáveis, os relatórios e pareceres de instâncias que
291 devem pronunciar-se sobre as contas ou sobre a gestão e o relatório da auditoria;
292 leu todos os pontos a serem analisados pelo TCU e disse que eles não punem e sim
293 recomendam; disse achar bom começar pelo CFESS pois eles não têm experiência
294 nessa área de conselhos, vão apenas recomendar e não punir e que o conselho não
295 tinha nada a temer; complementou dizendo que o relatório é a CGU que vai
296 encaminhar, bem como o certificado; o parecer do dirigente do controle interno será
297 o conselho fiscal do Conselho de Serviço Social, e o pronunciamento do ministro
298 será, no caso, o CFESS, sendo o Conselho Pleno do CFESS que terá a última
299 palavra sobre tudo que for relatado; esclareceu a dúvida do Conselheiro Maurílio
300 afirmando que o controle interno será o conselho fiscal e que terá que fazer um
301 relatório conforme modelo do anexo 6, depois da apresentação dos auditores;
302 explicou que o objetivo do parecer é comunicar ao conselho pleno do CFESS e que
303 por isso o TCU apresentaria outro normativo e que esse relatório deve ser com base
304 no relatório do CGU; informou que é de responsabilidade do CFESS a elaboração
305 dos incisos I (rol de responsáveis), V (parecer do dirigente – conselho fiscal) e VI
306 (conselho pleno do CFESS); que é de responsabilidade da CGU os incisos II, IV, III
307 e IV do art. 2º da DN nº 140/14; que as informações ao auditor do TCU são de
308 responsabilidade do CFESS, bem como a elaboração das peças dos incisos I, V e
309 VII do art. 2º e a decisão normativa em relação aos conselhos regionais; se
310 comprometeu a ajudar caso surja novidades; recomendou encaminhar essa
311 manifestação para Alagoas e Goiás, inclusive a decisão 140/2014. O Conselheiro
312 **Maurílio** sugeriu encaminhar para todos os CRESS e o Assessor **Vilmar Medeiros**
313 concordou e sugeriu que isso poderia ser dito até no Encontro Nacional. A
314 Assessora **Cristina Abreu** sugeriu que fosse encaminhado para todos os CRESS,
315 mas com ofício do CFESS explicando todo esse processo que o Vilmar tinha
316 explicado, o porquê só daqueles dois CRESS. O Conselheiro **Maurílio** sugeriu que o
317 ofício fosse feito pela assessoria. A Conselheira **Esther** agradeceu ao Vilmar; pediu
318 que se ele soubesse de qualquer implicação política com relação às ações do
319 conselho que avisasse para que eles pudessem acompanhar; questionou se estaria
320 tudo certo sobre o próximo CFESS na estrada. O Assessor **Vilmar Medeiros**
321 afirmou que sim. A Conselheira **Esther** disse que era importante que todos
322 soubessem que o Acre não tem uma assessoria contábil nem jurídica, por isso a
323 indicação da presença da assessoria Jurídica e contábil no CFESS na estrada,
324 tendo a contábil ficado para Rondônia. O Assessor **Vilmar Medeiros** disse que
325 Rondônia já tinha se manifestado e que o próprio CRESS do Acre irá contratar,
326 disse que a contadora do Acre é bem experiente, o que facilitaria o trabalho. **5.** A
327 Conselheira **Juliana** informou que na reunião do Conselho Fiscal, que tinha
328 acontecido no dia anterior, a pauta tinha sido basicamente a assinatura de
329 documentos, bem como a análise do balancete de 2014 que tinha sido aprovado
330 pelo Pleno; que conversaram com Vilmar e Antônio sobre a preparação para a visita
331 da comissão especial e que o Antônio disse que nessa parte era tranquilo, pois ela

332 se detinha na pasta do conselheiro e não propriamente naquilo que o conselho fiscal
333 faz no conselho. Na parte da análise dos documentos comentou que o valor do
334 aluguel da garagem do prédio Serra Dourada chamou muito a sua atenção, pois
335 pagavam por uma vaga R\$ 590,00, além do IPTU da garagem; informou que o
336 Vilmar e o Antônio mencionariam que isso poderia ser questionado pelo TCU, já que
337 o Conselho não tinha carro e quem usaria essas vagas então. Outra observação que
338 fez foi quanto às contas de telefone do CFESS, que tem contrato com OI, TIM,
339 EMBRATEL e GVT; pediu ao Antônio um levantamento dos últimos 3 meses da
340 cada empresa e descobriu um gasto de R\$ 7.562,54, com um gasto médio mensal
341 de R\$ 2000,00 a 3000,00 e que os contratos eram tão antigos que nem tinham cópia
342 física; disse que era uma indicação do Conselho Fiscal para que a Adm-Fin
343 pensasse em uma estratégia diminuir esses gastos. Mudando o foco para assuntos
344 gerais, pediu que os conselheiros ficassem de olho nas suas pastas; que os
345 ordenadores de despesas assinassem seus documentos antes do conselho fiscal;
346 que os contratos e as ordens de serviços chegassem ao financeiro já assinadas por
347 todos, conforme solicitado pelo Antônio; que o Antônio enviasse para o Conselho
348 Fiscal as pendências de assinaturas dos convidados e palestrantes. O Conselheiro
349 **Maurílio** sugeriu que esses documentos fossem enviados por AR para serem
350 assinados; disse que ficou em dúvida quanto aos gastos com os correios e que
351 questionou o Antônio se todas as postagens, para os CRESS ou outro lugar, eram
352 custeadas pelo CFESS e ele disse que acreditava que esse valor estava embutido
353 no valor do produto, mas que não tinha certeza. Disse que se for pagar por algo que
354 vai para os CRESS tudo bem, mas que não concordava com essa despesa para
355 envio para outros lugares. O Assessor **Vilmar Medeiros** sugeriu que a comissão de
356 licitação providenciasse um processo licitatório para contratação tanto de celular
357 quanto do fixo e que esse processo também incluiria a internet. O Conselheiro
358 **Maurílio** informou que o Gleyton teria feito um contato com as empresas de
359 telefonia, em nome do CFESS e que elas tinham total desinteresse e que só a Tim
360 apresentava proposta, mas que eles tinham muitas reclamações da TIM; que
361 abririam um processo licitatório para ver se seria só a TIM concorrendo e que iriam
362 pensar na questão do telefone fixo. A Conselheira **Nazarela** questionou se não seria
363 possível negociar o contrato de telefonia vigente de maneira a tentar barateá-lo ou
364 se era necessário terminar o período de vigência do contrato e fazer uma coisa só
365 para todo mundo. O Assessor **Vilmar Medeiros** respondeu que nem contrato tem e
366 mesmo que tivesse seria irregular, pois não houve processo licitatório. A licitação é
367 obrigatória. 7. A Conselheira **Daniela** disse que nessa questão de telefonia era
368 necessário terem uma padronização. Quanto à questão do Correio, disse que as
369 remessas são feitas pelo CFESS como entidade e que se o preço já inclui essa tarifa
370 e se há acordo com os CRESS, não teria problema nenhum, mas que em outras
371 situações questionou qual seria a orientação. A Conselheira **Juliana** disse que tinha
372 esquecido de falar dos reembolsos e que não achava correta a prática do
373 funcionário comprar o produto com seu dinheiro e depois o CFESS ressarcir, mesmo
374 tendo um limite de R\$ 300,00 e o Antônio informando da dificuldade do comércio em
375 aguardar o trâmite do Conselho para as compras. A Conselheira **Valéria** reforçou a
376 urgência em se fazer a licitação de telefonia. A Assessora **Zenite Boguea** expôs que
377 achava fundamental o relatório do Conselho Fiscal para resposta ao CGU, uma vez
378 que o CFESS já vinha antecipando as questões de aperfeiçoamento dos processos
379 de controle interno. A Conselheira **Esther** disse que a questão da licitação de

380 telefonia já estava em andamento e pediu a ajuda do Assessor Vilmar Medeiros para
381 definirem o objeto para licitação. O Assessor **Vilmar Medeiros** sugeriu pegar
382 modelo de outros conselhos. Sugeriu o encaminhamento de um ofício circular a
383 todas as regionais lembrando o prazo de 31 de março de 2015 para envio do
384 relatório de gestão, a fim de evitar solicitação de prorrogação de prazo ao TCU como
385 tinha acontecido no ano anterior. Quanto à questão da garagem, opinou que achava
386 ilegal, pois o CFESS não tinha carro. Para ele, poderia haver questionamento da
387 ilegalidade e, talvez, até a obrigação de ressarcir esses valores e por isso achava
388 urgente acabar com esse contrato. A Conselheira **Marlene** perguntou se o uso da
389 garagem pelos funcionários não justificaria o aluguel dessa garagem, bem como a
390 falta de vagas na região, questionado pelo Conselheiro Maurílio. O Assessor **Vilmar**
391 **Medeiros** disse que não. A Conselheira **Esther** disse que era importante discutirem
392 sobre a questão da garagem. O Assessor **Vilmar Medeiros** disse acreditar que o
393 CGU não mandaria ressarcir, mas que futuramente isso poderia acontecer. **8.** O
394 Conselheiro **Maurílio** questionou se havia sentido eles participarem do 3º Fórum
395 Permanente dos Assistentes Sociais no sul do Pará, dias 17 e 18 de abril promovido
396 pelo CAE Redenção, que é uma comissão que representa os assistentes sociais do
397 sul do Pará. A Conselheira **Daniela** disse que achava interessante que algum
398 conselheiro fosse. O Conselheiro **Maurílio** reforçou essa participação justificando as
399 dificuldades que tinham tido no Pará e que se a Dani não pudesse ir, outro fosse. A
400 Conselheira **Juliana** também defendeu a ida da Dani e disse desconhecer as
401 denúncias que o CAE Redenção citou no convite enviado ao CFESS. Disse que
402 para o CFESS elas não foram enviadas. A Assessora **Cristina Abreu** disse também
403 ter estranhado essa parte do convite e sugeriu que quem fosse ao fórum obtivesse
404 mais informações sobre essas denúncias. O Conselheiro **Maurílio** esclareceu que
405 hoje todas as denúncias são encaminhadas diretamente para assessoria Jurídica e
406 que, por isso, acaba não sabendo da dinâmica dos processos; disse que iria ver com
407 a Esther se tinha chegado algo de Redenção e depois enviaria e-mail para lá
408 informando da participação da Conselheira e indagaria que denúncias eram essa;
409 continuou falando sobre o convite do Ministro de Micro e Pequenas Empresas,
410 Guilherme Afif Domingos, para uma atividade no dia 26 de fevereiro que interessaria
411 aos assessores jurídicos e que o Vitor e Sylvia avaliaram que seria interessante a
412 participação. Informou que o Vitor teria uma próxima reunião da associação dos
413 juízes federais do Brasil, que estão fazendo o fórum nacional de execução fiscal, nos
414 dias 13 e 15 de abril. Disse que era importante decidirem logo, pois o fórum nacional
415 de execução fiscal havia pedido apoio financeiro para o evento, na quota de ouro de
416 R\$ 20.000,00, para aplicação de logomarca, aplicação de marca em primeiro plano
417 nos *banners*, aplicação no fundo do palco e etc.; para ele não faria sentido
418 patrocinar; falou sobre o convite para a solenidade de abertura do 34º Congresso
419 do ANDES que acontecerá de 23 a 28 de fevereiro e que a indicação da Berna foi
420 um erro, pois ela estará no Rio Grande do Sul; sobre o informe do processo eleitoral
421 do CONADE, cujas eleições para entidades nacionais, para o conselho de pessoas
422 com deficiência será no dia 23 de fevereiro às 14h na Secretaria de Direitos
423 Humanos da Presidência da República; leu a solicitação do movimento nacional de
424 população de rua que pedia apoio financeiro para o custeio de passagens aéreas de
425 representante para participar do 3º encontro nacional do movimento nacional de
426 população de rua que acontecerá em Brasília, mas ficou uma dúvida, pois pedia
427 passagens do Rio para São Paulo. A Assessora **Cristina Abreu** sugeriu fazer

428 contato para esclarecer essa dúvida e questionou se aprova logo ali ou enviava para
429 a seguridade. O Conselheiro **Maurílio** disse que enviaria para seguridade e
430 questionou se enviava também para lá a demanda do fórum nacional da criança e
431 do adolescente de 2015 ou se já aprovava logo ali. A Assessora **Cristina Abreu**
432 disse que nesse caso era só aprovar. O conselho pleno aprovou o pagamento da
433 anuidade de R\$ 1000,00 para o fórum nacional da criança e do adolescente; deu o
434 informe sobre o CRESS Paraíba que era sobre o financiamento e que ele iria para a
435 Adm-Fin, assim como emissão de boletos e o problema do CRESS Rio Grande do
436 Sul; informou sobre a solicitação do CRESS Paraná sobre a posição deles a respeito
437 do tráfico de pessoas e que a mandaria para a ética; que o acordo coletivo dos
438 funcionários 2015/2016 iria para Adm-Fin; que havia demandas do Conselhão, a
439 questão do Afif Domingos; leu a carta dirigida à Dilma escrita por Maria Salete Vieira
440 de Andrade que havia sido enviada para o CFESS. A Assessora **Cristina Abreu**
441 sugeriu encaminhar com envelope para a Presidenta Dilma. O Conselheiro **Maurílio**
442 passou a falar sobre a campanha do dia do assistente social e a escolha da imagem
443 de um assistente social trabalhando, ou melhor, é a foto de um profissional em
444 intervenção; informou que decidiram fazer em uma instituição e em um movimento
445 social. Desse último fizeram as fotos do movimento sem teto no interior de São
446 Gonçalo (contatos Eblin e Francine) e no hospital Pedro Ernesto (contato Rodriane);
447 contou da experiência que teve no movimento sem teto e que lá conheceu o
448 professor Felipe Brito e que ficou impressionado com a fala dele no momento do
449 cadastramento dizendo para as pessoas que os assistentes sociais que fariam os
450 cadastros, mas que eles não eram da prefeitura e sim companheiros deles, ou seja,
451 conhecia a profissão. O Conselheiro **Maurílio** explanou sobre a questão dos
452 assessores especiais, três no total, não antes de dar boas-vindas a mais nova deles,
453 Adriane; socializou com os presentes a expectativa de todas as comissões terem
454 uma assessoria e que a distribuição ficaria sendo a Cris na COFI e na formação
455 profissional, a Adriane na ética e a Zenite na seguridade social; disse que eles têm 3
456 grandes projetos que precisam ser desenvolvidos com a ajuda das assessorias
457 especiais: Encontro da Seguridade Social, finalização dos depoimentos do projeto
458 “serviço social, memória e resistência” e o memorial de serviço social. Em relação ao
459 primeiro disse acreditar que ele será grande, com relação ao segundo disse que a
460 ideia era ficar com a coleta desses depoimentos até junho, bem como a necessidade
461 de transcrição pontual do Encontro Nacional sobre os depoimentos, para que o livro
462 possa sair até o final do ano e em relação ao terceiro falou da necessidade de
463 retomada dos contatos; sugeriu a Adriane, a qual ficaria responsável por cobrar os
464 depoimentos das pessoas, que enviasse um ofício para cada CRESS seccional de
465 base estadual, também com o mesmo quadro, pedindo as mesmas coisas; falou
466 sobre o memorial sugerindo que o memorial não fosse do CFESS, mas sim da
467 profissão e que acompanhassem o processo de evolução da mesma; lembrou que
468 poderiam usar o material de Raquel Raichelis sobre a história da profissão e que o
469 intuito é que fosse uma coisa bem dinâmica e com conteúdo de serviço social,
470 ficando a Cris responsável por isso; disse que o intuito é que fique como exposição
471 permanente; lembrou que eles vão dar uma acelerada no ética e movimento, tanto
472 na construção de material novo, como também na condução; informou que a Dri terá
473 um papel de tutora, que cobrará uma vez por mês as pessoas; que tirará dúvidas e
474 que caso não saiba, passará para outros assessores ou para a comissão de ética;
475 comunicou que o CFESS está assumindo o fórum nacional dos trabalhadores do

476 SUAS e que a Marlene solicitou uma reorganização do material; sugeriu a ida da
477 Zenite, a parte de secretaria será com um funcionário do CFESS, informática com
478 Wilson, Jarbas com a expedição de material administrativo e Marlene responsável
479 pelo monitoramento já que é a conselheira; disse que não definiram assessoria para
480 nenhum GT. A Conselheira **Bernadette** queria saber se eram muitas as pessoas
481 com quem teriam que entrar em contato para tomar os depoimentos; o que o
482 pessoal do ANDES realmente queria do CFESS em sua participação no seminário;
483 informou que esteve no arquivo nacional e que encontrou vários depoimentos sobre
484 assistentes sociais e tortura e sugeriu que o CFESS pedisse esse material, seja
485 impresso ou digitalizado, ou que fizesse uma pesquisa mais refinada antes dessa
486 solicitação. A Conselheira **Josiane** sugeriu o uso de projeções no memorial. O
487 Conselheiro **Maurílio** parabenizou a pesquisa da Bernadete e sugeriu que eles
488 falassem com o Antônio para ver como se daria o pagamento desse material do
489 arquivo nacional, se via Berna, com posterior ressarcimento ou em nome do CFESS.
490 O Conselheiro **Maurílio** fechou sua fala enfatizando a importância dos assessores
491 especiais, bem como a alegria com a chegada da Zenite e retorno da Cris e da
492 Adriane. Dia 05 de fevereiro (Tarde). **9.** A Conselheira **Josiane** iniciou as falas do
493 período da tarde. Falou sobre a ideia do monitoramento já começar antes mesmo do
494 Encontro Nacional, começar no centro dos encontros descentralizados, enviando
495 para os CRESS, já em fevereiro, uma planilha, um formulário, pedindo alguns dados
496 do que os CRESS estão fazendo em cada deliberação; mandariam as instruções de
497 como preencher e sugeriu que o CFESS fizesse um pré-teste de preenchimento; os
498 CRESS apresentariam essa planilha no encontro descentralizado, onde cada um
499 deles falaria sobre as deliberações feitas e faria um registro de relatoria com a
500 síntese disso na região, sendo necessário o acompanhamento da relatoria pelo
501 CFESS. A Conselheira **Solange** disse que eles entregarão em julho, no encontro
502 descentralizado e daí até o encontro nacional outras tarefas precisarão ser
503 cumpridas, ficando tudo adensado no encontro nacional. A Assessora **Cristina**
504 **Abreu** disse que alguém deles precisará ir aos descentralizados para trazer o
505 material da relatoria já pronto. A Conselheira **Josiane** disse que eles terão, no
506 período entre os descentralizados e o encontro nacional, tempo para sistematizar a
507 apresentação geral por eixo, de qual é o panorama das ações já feitas por cada
508 comissão; que outra consequência era apresentar a proposta de pauta pensada
509 para o encontro nacional; que se houvesse alguma deliberação que já foi totalmente
510 cumprida pelo CRESS, esta ficaria registrada na agenda como já executada; falou
511 que já tinham feito a planilha no Excel e que seria enviada para os CRESS com
512 todas as deliberações e um espaço para dizer qual era a situação de cada
513 deliberação, bem como um espaço para registrar as atividades que foram feitas para
514 executá-las. As atividades planejadas seriam preenchidas no caso de não
515 executadas a fim de que o CRESS pudesse dizer qual a previsão dela será feita. A
516 Assessora **Cristina Abreu** explicou que os CRESS receberão dois arquivos: um
517 com eixo temático onde estarão as deliberações de cada comissão e outro com o
518 tutorial de como preencher a planilha. O Conselheiro **Maurílio** sugeriu a ideia deles
519 fazerem um tutorial em forma de vídeo e mandar para os CRESS; perguntou se
520 todas as conselheiras presentes tinham condições de explicar para os CRESS;
521 sugeriu que o Assessor Rafael fizesse um vídeo com alguma Conselheira falando,
522 ali mesmo na reunião do Pleno e já mandariam para os CRESS; propôs que a
523 Nazarela falasse, já que Sandra não estava e Josi não queria falar. A Conselheira

524 **Josiane** disse que no dia seguinte fariam o pré-teste e que Maurílio aproveitasse
525 para gravar o vídeo após a reunião; mas sugeriu enviarem para os CRESS e, caso
526 eles tivessem muitas dúvidas, aí mandariam o vídeo. O Conselheiro **Maurílio**
527 finalizou o encaminhamento de esperar até março para ver se farão ou não o vídeo.
528 **10.** O Conselheiro **Maurílio** informou que a Comissão Organizadora do Encontro
529 Nacional seria formada por ele, Ju, Esther, Solange e Dani; que tinham feito
530 discussões sobre o encontro muito influenciados pela discussão da agenda
531 permanente, do quanto de propostas tinham sobre políticas sociais e como esse
532 assunto ganha uma centralidade nas deliberações; lembrou da fala de Mauriclea que
533 tinha dito que às vezes colocamos toda a solução das políticas sociais em um
534 governo justo; partindo disso pensaram em uma palestra em torno desse tema, ou
535 melhor, uma mesa, na qual sugeriam a participação da Elaine; precisavam fechar o
536 tema. A Conselheira **Josiane** informou que a agenda permanente será aprovada
537 nesse encontro e que por isso seria necessária uma mesa para apresentar como ela
538 ficou. Na sequência viria a metodologia do monitoramento, a divisão dos grupos e
539 pôr fim a plenária, a qual ficaria com moções, comissão geral e uma apresentação
540 geral das deliberações. Segurariam a apresentação de novas propostas. A agenda
541 permanente seria aprovada na plenária. A Conselheira **Juliana** expôs que achava a
542 ideia de uma só mesa ótima, já que esta seria longa devido à apresentação de cada
543 uma das deliberações; disse acreditar que o grande desafio seria não possibilitar a
544 aprovação de novas propostas porque poderiam surgir propostas pertinentes,
545 estando a dificuldade em definir o que seria e o que não seria pertinente; sugeriu
546 verificarem quais temas já tinham sido discutidos nos encontros anteriores; opinou
547 que achava o tema sobre política social interessante, mas que ele já seria debatido
548 em outros encontros, como o da seguridade, se talvez não fosse o caso de
549 pensarem em outro tema; acrescentou que deveriam ser duas pessoas na mesa e
550 não só uma. A Conselheira **Esther** concordou com a preocupação da Ju sobre a
551 questão de novas propostas, como elas serão tratadas caso surjam, mas esclareceu
552 que por natureza o encontro tem caráter deliberativo e o que pretendiam nesse
553 encontro era apenas concentrar o foco no monitoramento; explicou que as
554 deliberações do encontro tem que passar na plenária para serem aprovadas; disse
555 acreditar que dificilmente surgirão novas propostas, pois com o monitoramento
556 perceberão que existem muitas ações a serem feitas e que ainda não foram
557 executadas. O Conselheiro **Maurílio** ratificou a importância da fala da conselheira
558 Juliana, acreditando realmente que se pense melhor o tema; disse que o tema parte
559 da prioridade da agenda e que esta tinha 3 prioridades: encontro da seguridade (já
560 farão), memória e resistência (já feito) e memorial do serviço social (de certa forma
561 também já feito); que a comissão em que participa tinha pensando na ideia de tema
562 sobre política social, política econômica e política pública. A Conselheira **Valéria**
563 sugeriu como tema o rebatimento do conservadorismo na profissão. A Conselheira
564 **Josiane** disse que parte significativa da agenda permanente está concentrada na
565 seguridade social, que é o lugar em que o conjunto tem mais preocupações; que a
566 ideia de se debater a política social era sair do debate setorial para um debate mais
567 no conjunto; que como seria uma visão geral não via repetição do que seria
568 discutido no encontro da seguridade social, o qual terá outra característica; que acha
569 que o que ficaria a próximo da agenda permanente do conjunto seria essa reflexão
570 que eles fariam sobre política social. A Conselheira **Juliana** informou que verificou
571 os temas das mesas dos anos anteriores e que assunto política social não tinha sido

572 repetida; se posicionou a favor desse tema. O Conselheiro **Maurílio** disse acreditar
573 que a intenção de se discutir política social é preparar para o monitoramento e para
574 a agenda permanente; que deveriam ter duas falas: uma conceitual que desse o
575 entendimento da concepção de política social, e uma fala do CFESS que incluísse
576 que as políticas sociais devem estar atentas à diversidade, que retomasse a questão
577 do conservadorismo do trabalho do assistente social junto à população, que falasse
578 das representações dos CRESS nos conselhos de políticas de direitos, que
579 mostrasse a visão mais pública dessa política. A Conselheira **Josiane** cobrou a
580 retomada do debate da Carta de Maceió na agenda permanente, lembrando que ela
581 defende uma concepção de política social bastante conectada e articulada, mas que
582 vem sendo fragmentada na agenda permanente; sugeriu a retomada da Carta de
583 Maceió como referência, como ponto de partida. A Conselheira **Juliana** reafirmou a
584 ideia de que os assistentes sociais veem a política social como um fim em si mesmo
585 e que é preciso lutar por política social universal, de qualidade, no contexto da
586 ordem de capital; disse acreditar que essa seja uma reflexão importante, por conta
587 de uma série de ilusões que os assistentes sociais têm, não só na defesa da política
588 social, mas naquele papo de que assistente social serve para garantir direitos; disse
589 achar que no CRESS não haveria questionamentos sobre esse tema, até porque o
590 CRESS Rio já estava querendo pautar política social há muito tempo. O Conselheiro
591 **Maurílio** sugeriu recuperar todas as ideias e, na reunião no CRESS Rio, discutir
592 tema central, nomes. A Conselheira **Solange** disse que o combinado era fechar a
593 programação durante a reunião do pleno. A Assessora **Cristina Abreu** recuperou as
594 principais ideias que havia anotado na memória que estava fazendo da reunião:
595 política social, concepções e perspectivas atuais e desafios profissionais; tema
596 pertinente com a agenda; mesa com dois palestrantes: uma fala conceitual e a outra
597 do CFESS sobre rebatimentos do exercício, inserção da profissão nos conselhos,
598 suas contribuições nos conselhos de políticas de direitos, aspectos da reatualização
599 do conservadorismo na sociedade e na profissão; atualização da concepção da
600 Carta de Maceió; discussão sobre ampliar e problematizar o entendimento da
601 concepção de política, seu significado e limites no capitalismo. A Conselheira
602 **Marlene** disse que teria o cuidado de levar nome para o CRESS, mas não
603 apresentá-lo e sim discutir junto para que se chegue a um consenso. A Conselheira
604 **Esther** disse achar que o tema da mesa deveria ser o tema do evento; que
605 concordava em levar o nome política social, concepções e perspectivas e desafios
606 profissionais para ser debatido no Rio. O Conselheiro **Maurílio** ficou conjecturando
607 nomes e conclui, com a anuência de todos: ficou a Elaine para a discussão da
608 política social, perspectivas atuais e desafios profissionais e a Josi pelo CFESS;
609 sugeriu um informe sobre a agenda permanente e confirmou à Assessora Cristina
610 que seriam as assessoras que fariam os ofícios para os CRESS sobre o
611 monitoramento. **11. Agenda Permanente** - A Assessora **Cristina Abreu** disse que
612 eles foram identificando as deliberações por comissão e as encaixando nos eixos. A
613 Conselheira **Esther** esclareceu que no item ações existem dois grandes eixos:
614 ações continuadas (defesa da profissão, ações parlamentares, dinâmica e
615 funcionamento do conjunto, defesa da seguridade social) e bandeiras de lutas. A
616 Conselheira **Josiane** disse que a ideia é que seriam dois dias de trabalho. A
617 Conselheira **Esther** disse que os títulos seriam agenda política do serviço social
618 brasileiro e o outro, ações continuadas do conjunto CFESS/CRESS. A Conselheira
619 **Josiane** deu uma breve explanação de como tinham chegado às conclusões da

620 agenda permanente: começaram olhando toda a agenda e perceberam que era
621 possível fazer agrupamentos, daí surgiram os eixos bandeiras de lutas (agenda
622 política do serviço social brasileiro) e o outro das ações continuadas CFESS/CRESS
623 (práticas do conjunto que não podem sair do alcance). Depois pensaram nos eixos:
624 defesa da profissão, dinâmica e funcionamento do conjunto segundo a Carta de
625 Maceió. A ideia era ir ao GT, no primeiro dia de trabalho, como uma fala inicial sobre
626 a Carta de Maceió para explicar os eixos. Depois, a ideia era dividir em grupos.
627 Seriam três dias de trabalho. A Assessora **Cristina Abreu** explicou que no 1º dia –
628 8/5 – seria o grupo maior (15 pessoas entre CRESS, CFESS e assessoria) e que o
629 objetivo era explicar a metodologia; no 2º dia - 9/5 – as pessoas seriam divididas em
630 grupos pelos eixos temáticos com o objetivo de melhorar as redações e fazer os
631 encaixes e que no 3º dia – 10/5 – o grupão se reuniria novamente para fazer a
632 consolidação. A Conselheira **Josiane** mostrou o que estava englobado na agenda
633 como política do conjunto e o que estava englobado como ações continuadas; disse
634 que seriam 4 eixos: defesa da profissão, defesa dos direitos humanos, defesa da
635 seguridade social e dinâmica e funcionamento do conjunto. A Assessora **Cristina**
636 **Abreu** disse que o objetivo é enxugar ainda mais e depois submeter aos
637 descentralizados e ao nacional. A Conselheira **Marlene** disse concordar com os
638 agrupamentos feitos na agenda e explanou sua dúvida de como seria a formatação
639 da divisão agenda política e ações continuadas; lembrou que eles tinham se
640 comprometido a fazer, no encontro nacional, um documento político como se fosse
641 uma carta política e que para ela não estava claro como é que seria a saída
642 estratégica de um documento que eles podiam elaborar enquanto conjunto, onde
643 tinham uma agenda política e as ações continuadas; questionou como seria feita a
644 apresentação desse material para o conjunto. A Conselheira **Josiane** disse que a
645 ideia do documento da agenda do serviço social brasileiro era ser um documento
646 que uns chamavam de bandeiras de lutas e outros de carta de princípios; que
647 acreditam ser um documento que possa ser divulgado, pois ele tem o papel de
648 divulgar o posicionamento do CFESS; que ainda não tinham pensando em um
649 formato, mas a ideia era que ele fosse um documento para conhecimento da
650 sociedade sobre o que pensa o serviço social brasileiro em termos de princípios; que
651 os dois seriam apresentados no encontro nacional; esclareceu que o documento da
652 dinâmica e do funcionamento das ações permanentes do conjunto era um
653 documento do que era a ação do conjunto, era a rotina do conjunto, ou seja, era
654 documento mais interno e que era esse que estavam propondo chamar de Agenda
655 Política do Serviço Social Brasileiro; quanto à forma de apresentação tinham
656 pensado em uma mesa formada por um deles e por uma pessoa do GT que
657 apresentaria os 2 documentos, mas não tinham pensando de que jeito; tinham
658 reservado uma manhã para isso; salientou que tinham que ver como os CRESS
659 receberiam isso e se o GT daria conta de reformular tudo em uma reunião de 3 dias.
660 A Conselheira **Marlene** questionou como isso seria submetido no encontro nacional.
661 A Conselheira **Josiane** disse que achava necessário, mas não sabia como isso seria
662 compartilhado no encontro descentralizado, já que este seria muito cansativo por
663 causa do monitoramento CRESS por CRESS. A Conselheira **Nazarela** sugeriu que
664 esse GT fizesse igual o GT Inadimplência, ou seja, socializassem esses aspectos
665 com os CRESS de referência da região e que esses, por sua vez, compartilhassem
666 com os demais CRESS da região, para que, no momento da apresentação, os
667 CRESS já viessem com o contato com os aspectos. A Assessora **Cristina Abreu**

668 disse que não tem uma forma de o CRESS socializar isso, pois ele não vai
669 conseguir fazer uma reunião regional com os CRESS para apresentar isso fora do
670 descentralizado; disse que em algum momento do descentralizado a agenda terá
671 que vir, até para não chegar tudo no encontro nacional; que no descentralizado
672 teriam um termômetro de como os CRESS entendem isso; que achava que eles
673 tinham que ganhar politicamente o envolvimento dos representantes do GT de cada
674 região; que achava que eles tinham que ter sintonia com as pessoas que vinham do
675 GT. A Conselheira **Daniela** acredita que se eles não passarem a agenda no
676 descentralizado, correriam o risco de chegar ao encontro nacional transformando-a
677 em um momento de catarse e de falta de desapego total. A Conselheira **Nazarela**
678 ratificou a importância de ter o momento da agenda no descentralizado. A
679 Conselheira **Marlene** também concordou plenamente com os demais e disse que via
680 que muitos CRESS estavam aguardando esse documento, até na confiança de que
681 tudo foi passado para a agenda permanente. **12.** O Conselheiro **Maurílio** propôs
682 discutir em conjunto com a comunicação, a arte do cartaz do Dia do Assistente
683 Social, pois disse que eles estavam atrasados em relação ao assunto. Informou que
684 a proposta foi enviada por Márcia Carnaval; explicou que eram três cursos de
685 serviço social do Rio de Janeiro envolvidos nesse trabalho; as fotos tinham sido
686 feitas em campo de trabalho junto ao Movimento sem Teto; que a proposta da
687 Márcia era trabalhar de fato uma profissional e o exercício profissional dela; disse
688 que achava interessante, mas personificado; que gostou do slogan, do fundo, do
689 colorido, da ideia das fotos; que faltou uma foto de assembleia; explicou que o fundo
690 era onde se dava o trabalho do assistente social. O Assessor de Comunicação
691 **Rafael Werkena** disse que fizeram um *briefing* e que a partir disso o trabalho foi da
692 Márcia com o acompanhamento do Maurílio; que não era aquilo que estavam
693 esperando e sim o assistente social no seu ambiente de trabalho; que o destaque do
694 profissional ficou quase que posando como modelo; que tinham pensado na
695 profissional no meio do povão fazendo atendimento. O Conselheiro **Maurílio** disse
696 que era isso que estava nas bolas. O Assessor **Rafael Werkena** disse que o cartaz
697 tinha muita informação, tanto visual quanto pessoal, que aquilo não transmitia o que
698 estavam pensando. O Conselheiro **Maurílio** disse que gostava da marca d'água e
699 que achava que deveriam dizer à Márcia o que queriam e não pedir o material
700 primário. O Assessor **Rafael Werkena** explicou que quanto mais fotos, mais
701 informação e menor a chance de a pessoa conseguir captar tudo; sugeriu trabalhar
702 com duas ou três fotos em que os assistentes sociais estejam atuando, trabalhando
703 junto com a população usuária e que a frase ficasse no meio; pediu, em relação à
704 frase, que ao invés de ser garantia dos direitos e na defesa de políticas públicas,
705 fosse direitos humanos e por políticas públicas, para tentar cada vez mais reduzir os
706 riscos. A Conselheira **Juliana** falou que não gostou da arte, não gostou do *slogan*,
707 que a frase poderia ficar assistente social, profissional de luta, profissional presente;
708 destacou que o fato das duas experiências profissionais serem do Rio de Janeiro
709 poderia dar problema; disse que não colocaria a figura da profissional tão em
710 destaque; que não conseguiu entender o fundo; que achou muito confuso. O
711 Conselheiro **Maurílio** confirmou o encaminhamento de retirar a foto central e a frase
712 de cima, ficando só assistente social, profissional de lutas. A Conselheira **Marlene**
713 disse que não conseguiu identificar o que era a marca d'água; que não gostou das
714 bolas; sugeriu que a marca d'água fosse com vários flashes de espaços onde eles
715 atuam; achou a foto central personalizada; não gostou do cartaz. A Conselheira

716 **Nazarela** disse que concordava com o que já tinha sido exposto e sugeriu um
717 espaço de mosaico de espaços profissionais sem aparecer, necessariamente, a
718 figura do assistente social; concordou em ter a marca d'água, mas que ela fosse
719 mais evidente, imagem melhor. A Conselheira **Solange** disse que não gostou do
720 cartaz e disse que não via necessidade de pedir as fotos, pois as fotos que ali
721 estavam já eram boas. A Conselheira **Daniela** disse que também não gostou do
722 cartaz, que isso deveria ser discutido com a Márcia e que o material utilizado ali
723 fosse reaproveitado para fazerem o cartaz ao modo que eles queriam. O Assessor
724 de Comunicação disse achar que se eles tinham dois exemplos de atuação
725 profissional, seja um com movimentos sociais e outro dentro de um hospital,
726 acreditava que eles conseguiriam representar um pouco o trabalho dos assistentes
727 sociais; disse que não vê problema em falar com a Márcia que não era aquilo que
728 eles estavam pensando; que precisavam objetivar a arte e que achava que era
729 possível falar de políticas públicas e direitos humanos no momento em que se
730 coloca a foto do assistente social fazendo o atendimento, pois de alguma forma é
731 isso que estaria sendo defendido, política pública, direitos humanos, que não
732 precisava ser escrito, pois a foto mostra isso. A Conselheira **Josiane** disse
733 concordar com a ideia de uma foto e o slogan; que uma foto da profissional com as
734 pessoas e o ambiente substituiria a marca d'água; sugeriu que a frase fosse algo
735 como assistente social, profissional presente na defesa das políticas públicas; achou
736 que profissional de luta não se comunicava com a ideia da atribuição do exercício,
737 porque nem todo mundo associava exercício com luta na perspectiva que eles
738 estavam querendo construir ali. A Assessora **Cristina Abreu** disse que achava que
739 deviam ter só uma imagem, no máximo duas, mas que as pessoas pudessem ver ali
740 o assistente social trabalhando; achou que a fotografia de profissional era uma
741 novidade; também concordou que não havia problema falar com a Márcia. A
742 Conselheira **Esther** disse que tudo o que foi defendido contemplava o que ela
743 achava. O Conselheiro **Maurílio** explanou novamente as ideias que tinham sido
744 dadas; disse que desde o início a ideia era retratar um trabalho profissional nos
745 movimentos sociais e um na instituição; que não gostaria de uma foto só com um
746 texto só, pois seria uma repetição do cartaz do ano anterior; sugeriu retratar um
747 trabalho nos movimentos sociais na periferia e um trabalho na instituição. O
748 Conselheiro **Maurílio** reafirmou que gostou da marca d'água e que via a
749 necessidade de serem duas ou três fotos; disse que a peça da instituição deveria ser
750 centrada na ideia de instituição mesmo e não na figura de um assistente social; que
751 gostava da ideia de um cartaz onde a pessoa olhava e via quase um filme, uma
752 assembleia; que não via problema em usar na frase o termo profissional de luta e
753 por isso, já que a Josi questionou, mas não tinha feito proposta, a frase continuaria
754 sendo profissional de luta, profissional presente; que se fosse para ser uma foto só
755 que fosse a da assembleia. O Assessor **Rafael Werkena** lembrou que ainda
756 faltavam entrar no cartaz o site do CFESS e a logomarca do CFEES e do CRESS;
757 disse que o ano apareceria junto da assinatura da Márcia e que tiraram a gestão;
758 que deveriam sugerir à Márcia que experimentasse fazer com duas ou três fotos;
759 que o a ideia que tinham era que fosse um cartaz limpo, objetivo, sintético; que a
760 Márcia tinha que ter em mente que isso iria para *outdoor*, para tudo; que mandariam
761 a logomarca e tudo o que tinha que sair no cartaz para o Maurílio para que ele
762 enviasse para Márcia; que mantinha a ideia de trabalhar com dois cartazes, sendo
763 um para mostrar por dentro, num local fechado de trabalho, e outro com a galera;

764 explicou que a marca d'água dependia muito do que a Márcia iria propor a partir
765 dessas sugestões, pois se ela colocasse fotos grandes, não precisaria da marca
766 d'água, sendo a própria composição da foto que iria compor o cartaz; ressaltou que
767 o prazo já estava estourado. A Conselheira **Solange** sugeriu que pedissem para
768 Márcia que fizesse duas propostas: uma com uma foto e outra com duas ou três. O
769 Conselheiro **Maurílio** deu uma resumida no que seria proposto à Márcia até ali:
770 trabalhar com 3 imagens, ideia de processo, aceitação do slogan, sugerir que no
771 hospital tivesse uma imagem de atendimento, do coletivo, não aprovação da ideia do
772 assistente social como referência. A Conselheira **Josiane** sugeriu uma coloração
773 diferente para destacar quem era o assistente social na foto; disse que continuava
774 afirmando a ideia de dividir a frase de cima e misturava embaixo e que tinha
775 proposto a frase “na defesa dos direitos humanos, profissional presente”; que os
776 cartazes deveriam ter frases diferentes, um trabalhando com a ideia dos direitos
777 humanos, profissional presente, e outro com a ideia de política pública. O
778 Conselheiro **Maurílio** falou que achava que isso geraria muita complicação, pois
779 muitos perguntariam por que no movimento social se defendia direitos humanos e
780 não se defendia políticas públicas; que a imagem já iria comunicar a defesa de
781 política pública e de direitos humanos. A Conselheira **Daniela Neves** disse que não
782 tinha proposta, mas que pensava como a Josi, ou seja, que reduziria o sentido do
783 que eles queriam, uma vez que esse profissional de luta não caia bem para tudo e
784 que por isso se abstinha. O Assessor **Rafael Werkena** disse que nunca iriam
785 conseguir traduzir a complexidade da discussão deles ali, mas que acreditava que a
786 frase era empolgante para quem lia e não só para o profissional. A Conselheira
787 **Daniela Neves** falou que a ideia da profissão dava uma valorização, dialogava para
788 dentro e para fora; que a frase era uma síntese e que não iria traduzir a totalidade,
789 absolutamente, mas que ela teria que traduzir o conteúdo que eles queriam passar;
790 que concordava com a Josi no sentido de que o profissional presente era isso, mas
791 que o de luta ficava um pouco abstrato demais. O Conselheiro **Maurílio** reafirmou
792 que tinha gostado muito do *slogan* e que achava que os assistentes sociais se
793 achavam profissionais de luta, mesmo os que não lutavam. O Conselheiro **Maurílio**
794 disse que tentaria ver com a Márcia se ela mandaria os ajustes no sábado para eles
795 avaliarem no domingo; agradeceu a colaboração do Rafael e do Diogo. 12. O
796 Conselheiro **Maurílio** informou que eles tinham feito uma reunião no Rio de Janeiro
797 (ele, Esther, Ivanete, Elaine, Cláudia Mônica, Raquel Santana – ABEPSS, Rodrigo
798 Teixeira, Raquel – Franca, Rodrigo – Rio das Ostras) e que, após a reunião,
799 conversaram com a Alvo para tirarem algumas dúvidas e que discutiram muito sobre
800 o CBAS, que era um evento de muito sucesso, mas que havia muitas críticas quanto
801 ao preço e aos trabalhos não aceitos; que ele tinha se tornado um evento muito
802 grande e por isso a dificuldade de encontrar um lugar para ele acontecer; que eles
803 não entendiam porque as mesas grandes não eram transmitidas *on line*, pois não
804 acreditavam que isso diminuísse o número de pagantes; logo, deliberaram que as
805 grandes mesas tivessem transmissão simultânea; que avaliaram a importância de se
806 fazer a primeira mesa de abertura e a mesa de encerramento abertas ao público em
807 geral da cidade, bem como a festa da primeira noite do CBAS; que pensaram em
808 três grandes mesas: abertura, meio do congresso e encerramento, que a ABEPSS
809 sugeriu que uma das mesas centrais, a melhor talvez fosse a do meio, fosse aquela
810 mesa da organização política da categoria, das entidades; que teriam plenárias
811 simultâneas com a temática das sessões temáticas; que decidiram que fariam uma

812 experiência em que todos os trabalhos do CBAS, desse ano, seriam trabalhos pôster
813 e que não haveria nenhuma apresentação oral, até porque no mesmo ano teriam o
814 ENPESS, o qual é bem parecido com o CBAS, mas dirigido aos pesquisadores; que
815 isso geraria uma economia; que a primeira grande ideia era transformar,
816 paulatinamente e sem perder o conteúdo, o CBAS em um congresso militante de
817 assistentes sociais; que não fosse um congresso da apresentação de trabalhos
818 apenas; que não daria para suspender a apresentação de trabalhos, pois era ela
819 que financiava parte da categoria para ir ao evento; que pensaram em fazer contato
820 com alguns assistentes sociais e leva-los para as entidades; que, após conversa
821 com a Iolanda Guerra do CNPQ, que referendou o que a Ivanete e a Elaine tinham
822 falado, foram informados que não havia um normativo hoje das agências de fomento
823 de que só financiava trabalho oral; que decidiram que não farão no comunicado às
824 universidades que o trabalho é oral, mas apenas que foi aprovado e que em uma
825 folha seguinte, irão lembrar para o assistente social congressista a estrutura do
826 trabalho, a hora que ele irá apresentar; que o trabalho continuará sendo publicado
827 completo e que só vai ficar a apresentação dos trabalhos em pôsteres; que
828 pensaram em algo colorido, em pontos de encontro com banquinhos e pufes, um
829 comentando o trabalho do outro; que vão existir a figura dos assessores temáticos;
830 falou que nas plenárias simultâneas sempre terá um assistente social para fazer um
831 balanço do estado da arte daquele CBAS; que a mesa sempre terá uma figura; que
832 a reunião sobre o CBAS tem três objetivos: discutir a concepção de reunião que foi
833 de CFESS e ABEPSS; analisar o material que a Alvo mandou sobre Olinda e Recife
834 e organizar a ida deles à Pernambuco para a reunião do CBAS. A Conselheira
835 **Solange** disse acreditar que essa mudança seria um susto para categoria;
836 questionou como seriam feitos os trabalhos teóricos; que essa mudança seria
837 problemática. A Conselheira **Marlene** falou acreditar que a ideia era interessante,
838 mas que estava preocupada com o impacto que a novidade poderia causar; que a
839 apresentação em pôster dificultava o diálogo; que a quantidade de trabalhos
840 inscritos era grande, mas que não refletia necessariamente a qualidade; que muitos
841 trabalhos apresentados tinham um direcionamento maior para o ENPESS do que
842 para o CBAS; que não se sentia muito à vontade simplesmente aceitando a ideia e
843 que achava que era necessário um amadurecimento maior. A Conselheira **Esther**
844 disse que a reunião começou com o questionamento do que eles entendiam de
845 congresso e o que eles queriam para o CBAS; que a ideia era ser um congresso
846 com um caráter menos acadêmico científico e que isso fosse uma ênfase, em 2016,
847 no ENPESS; que isso refinaria os critérios para apresentação dos trabalhos; que
848 pretendiam com isso ampliar a participação dos profissionais no CBAS; enfatizou
849 que ser o fato de ser pôster não diminuiria as exigências; falou que a ideia era que
850 ao pensar em pôster, também mudaria a dinâmica dos pôsteres, o lugar dos
851 pôsteres no CBAS; que os pôsteres teriam uma centralidade na apresentação,
852 ficando do início ao fim do evento, ou dois dias se, por exemplo, o evento durasse 4
853 dias; que já tinham uma resposta da Alvo que o espaço caberia 1.400 pôsteres, o
854 que não permitiria que eles ficassem durante todo o evento; que o pôster teria a
855 apresentação na forma de cavalete, com frente e verso, com a própria iluminação,
856 um lugar especial e amplo; que, como o Maurílio tinha dito, pensaram em um lugar
857 onde os profissionais pudessem ter tempo para passear e ler os trabalhos; que
858 ficariam organizados por eixos temáticos e cada um deles convergiria em um espaço
859 de convivência para as pessoas que fossem apresentadoras daqueles pôsteres

860 ficassem lá junto à assessoria jurídica; que o centro de convenções tinha um espaço
861 para isso; esclareceu que o pôster não seria, para quem tem um trabalho teórico, um
862 trabalho com menos qualidade, a pessoa só teria que ler mais coisa; que como não
863 teria mais comunicação oral, ganhariam mais tempo para as plenárias e para circular
864 no evento; que os pôsteres não ficariam mais lá como apêndice do evento e sim
865 ganharia outra centralidade; que isso era o que eles tinham conseguido para baixar
866 custos; lembrou que a Elaine tinha dito que se eles conseguissem abaixar R\$ 50,00
867 do valor do CBAS anterior, já ganharíamos positivamente no impacto com a
868 categoria; que isso já justificaria uma ideia de mudança de formato e do que eles
869 queriam, que era um momento de mais formação, discussão e formação para
870 militância; esclareceu que os pareceristas do CBAS acabam atuando como
871 assessores temáticos e que nesse CBAS teriam a função de fazer uma análise e de
872 apresentar o estado da arte daquela sessão temática; que o que o Assessor já fazia,
873 teriam na forma de plenária simultânea; explicou que ao invés de terem
874 comunicação oral, teriam plenárias simultâneas sobre a temática a partir dos
875 trabalhos apresentados nos pôsteres; que a ideia era investir na formação do grande
876 público, o que diminuiria a quantidade de salas que utilizassem recursos para operar
877 e com isso teriam um custo menor; que a ênfase era dar um caráter de um evento
878 com mais momentos de coletivo. A Assessora **Cristina Abreu** questionou se todos
879 os trabalhos dariam para fazer em pôster; se seria viável uma discussão em uma
880 sessão que tivesse muitos pôsteres. A Conselheira **Nazarela** disse acreditar que o
881 CBAS é um evento grande e muito esperado; que o tempo para discussão nos
882 moldes que sempre foi o Congresso era pequeno; disse concordar com a Cris que
883 era preciso pensar bem qual seria o destaque que iriam dar ao pôster e se daria
884 para agregar as pessoas em torno dessa atividade; que temia que as pessoas não
885 permanecessem tirando dúvidas na hora do pôster; acredita que o pôster não
886 conseguiria substituir esse tempo de discussão que existe na comunicação oral; que
887 o conjunto dos assistentes sociais que vão para os CBAS e que apresentam
888 trabalhos, era um público diferente do ENPESS e que por isso seria um susto para a
889 categoria; que achou ótima a ideia de fazer uma extração de todos os pôsteres em
890 uma temática, apesar de achar que é um trabalho difícil pegar vários pôsteres e
891 conseguir o que tem de comum em todos e o que diferencia; que acha que não teria
892 o apelo que a comunicação oral tem. A Conselheira **Josiane** disse acreditar que iria
893 ter um estranhamento, mas achava que valia o risco tentar experimentar, porque era
894 um problema grande o crescimento das demandas de trabalhos para serem
895 apresentados, o corte desses trabalhos, a exemplo do problema de insatisfação que
896 teve no último ENPESS quanto a esses cortes; disse que mesmo cortando ficavam
897 com pouco tempo para o debate; que a cultura era apresentar e sair; que diante de
898 todos os problemas que tinham valeria a pena tentar; que lhe agradava a ideia das
899 plenárias simultâneas. A Conselheira **Solange** falou que achava interessante ser
900 aberto, mas não sabia se essa informação deveria ser divulgada, pois muitos iam
901 sem pagar; disse que gostaria de saber como ficaria a questão do certificado, pois a
902 pessoa poderia deixar o pôster e ir embora. O Conselheiro **Maurílio** disse que teria
903 um horário para a apresentação da sessão oral e que existiam regras. Ficou claro
904 para Conselheira **Solange** que se a pessoa não tivesse lá para apresentar, não
905 ganharia certificado. Ela também questionou se eles não tinham pensado em
906 diminuir o número de apresentações; sugeriu apresentar essa nova proposta ao
907 CRESS antes. A Conselheira **Daniela Castilho** disse que tinham que ter em mente

908 que a proposta é a mudança de formato, de cultura; que com o crescimento do
909 evento tinham mesmo que pensar em um novo formato; que o CBAS deveria ter
910 essa prerrogativa de incentivo da formação política e profissional; que achava que
911 deveriam reduzir o número de pôsteres; que concordava com a ideia de diminuir o
912 custo da inscrição; sugeriu baratear custo com pessoal e pensar em outros espaços
913 além de hotéis para receber o evento. A Assessora **Zenite Bogea** disse que,
914 pensando no formato dos CBAS anteriores, o investimento nas plenárias
915 simultâneas onde se ampliaria o debate deveria ser amplamente divulgado, assim
916 com essas mudanças; que fosse dado ao pôster o lugar que realmente se queria dar
917 em termos dessa socialização entre eles; que as plenárias realmente permitiriam um
918 debate e não só a apresentação de um trabalho; questionou se haveria certificado,
919 pois muitas instituições não liberavam quando era pôster e sim oral. O Conselheiro
920 **Maurílio** falou que acreditava que teriam problemas, mas que valeria a pena. A
921 Conselheira **Josiane** disse que, nesse novo formato, precisariam de menos
922 assessores e de menos pessoas nas plenárias, o que baratearia o custo. A
923 Conselheira **Bernadette** questionou o Maurílio se os autores dos trabalhos sabiam
924 da regram na qual em cada temática só seriam apresentados alguns tantos
925 primeiros. A Conselheira **Josiane** disse que isso não se divulgava. A Conselheira
926 **Bernadette** achou que isso deveria ser divulgado, pois uma coisa é o trabalho não
927 aceito e outra é não classificado. A Conselheira **Valéria** disse que estava satisfeita
928 com a mudança; que achava, ao contrário de Dani Castilho, que não se deveria
929 diminuir o número de pôsteres, pois a ideia da mudança não era essa; que a ideia
930 de pôsteres favoreceria a participação de trabalho de pessoas que têm alguma
931 dificuldade de falar em público. A Conselheira **Juliana** disse que concordava com
932 tudo que a comissão tinha proposto. A Conselheira **Esther** disse acreditar que o
933 mais difícil seria a sinergia que teriam que ter o tempo todo com a ABEPSS; que
934 levariam essa nova preposição para o CRESS-Pernambuco, mas que enviariam um
935 ofício antes para ele já ir se organizando em cima desse novo formato; que a ideia
936 não seria controlar, na abertura e no encerramento, o número de pessoas; disse que
937 no 42º Encontro Nacional em Pernambuco ficou claro que eles queriam um evento
938 que fosse aberto à categoria e que por isso achava que o CRESS receberia muito
939 bem esse novo formato do CBAS; que a Alvo tinha dado um aval de que esse
940 formato seria possível; que essa proposição teria que considerar um espaço grande
941 para o início, o meio e o fim, um lugar que tivesse possibilidade do pôster. A
942 Conselheira **Marlene** disse acreditar que eles teriam que ter muito cuidado com o
943 número de pessoas que estariam entrando nos momentos abertos. A Conselheira
944 **Solange** disse que deveriam ter cuidado para não sofrerem a mesma coisa do
945 ENPESS, que era ficar em lugares muito distantes, muito separados. O Conselheiro
946 **Maurílio** apresentou os dados sobre o último CBAS: 2.872 congressistas – o
947 restante era da comissão organizadora; estavam com uma expectativa de 3.500 a
948 4.000 pessoas para o próximo CBAS; disse que era muito importante ter o controle
949 financeiro dos CBAS o tempo todo; que o CBAS era uma estrutura muito pesada e
950 de total responsabilidade do CFESS; que o congresso era das quatro entidades, que
951 tinham um resíduo expressivo do encontro anterior e que estava na conta do CBAS;
952 disse que o perfil era de 670 graduados; 1.021 especializados e isso representava
953 um número pequeno, em termos proporcionais, de pós-graduandos que
954 possivelmente estavam na docência e que quem estava dando aulas nas
955 faculdades. A Assessora **Cristina Abreu** informou que a maioria das universidades

956 particulares não exigia mestrado. O Conselheiro **Maurílio** disse que talvez tenham
957 errado nisso, pois tinham a hipótese de que grande parte era de assistentes sociais
958 não docentes, mas que talvez sejam especializados; que 1.691 não seriam na sua
959 maioria docentes; que a grande maioria era de São Paulo (728) – mantinham o
960 colégio deles de assistentes sociais; que a inscrição para o CBAS era limitada em
961 torno de 20, 22% por estudantes; que Espírito Santo teve só 25 e que não
962 entendiam por que; que a maioria ainda era do setor público; 711 do setor privado,
963 pequeno, mas expressivo; que tinham um saldo de R\$ 310.000,00; que a alocação
964 do espaço do hotel foi baratíssima. A Assessora **Cristina Abreu** disse que os
965 recursos humanos que apareciam ali eram do pessoal que trabalhava no CBAS, pois
966 os assessores estavam diluídos em passagem e hospedagem. A Conselheira
967 **Marlene** explicou que as hospedagens e o transporte terrestre estavam embutidos
968 em todas as despesas; que a alocação do espaço tinha ficado embutida no que
969 estaria investido no hotel, que tinham sido todas as outras despesas; que o hotel
970 cobrou muito barato, mas que cem vagas dele eram deles por conta do espaço. A
971 Assessora **Cristina Abreu** questionou a questão do número de participantes, pois
972 tinham incluído os não pagantes, como os paraceristas, que muitas vezes só davam
973 o parecer e não iam ao congresso. A Conselheira **Daniela Neves** explicou que os
974 pareceristas tinham isenção porque publicavam trabalhos. O Conselheiro **Maurílio**
975 expôs que não havia nada fechado com a Alvo, apenas uma sinalização do CFESS
976 para ABEPSS devido a experiência positiva que tinham tido; explanou sobre os
977 informes quanto à estrutura (possíveis locais que poderiam receber o evento e seus
978 custos: Centro de Convenções de Olinda, Auditório Brum, Auditório Ribeira,
979 Auditório Tabocas, Chevrolet Hall, Coudelaria Souza Leal, Teatro Beberibe);
980 enfatizou que o Centro de Convenções tinha vaga para o período de 15 a 19 de
981 agosto; que ele não contemplava o que eles estavam querendo (um evento grande);
982 informou que falaria com a Galba do CRESS-Pernambuco explicando o que eles
983 pretendiam, de modo que eles pudessem se organizar e pesquisar outros lugares;
984 que pensaram na possibilidade de usar a UFPE, pois estavam querendo ir para
985 locais mais simples; que, em reunião que tinham feito com a ABEPSS e outros
986 companheiros, observaram a necessidade de reestruturar a comissão organizadora
987 dos CBAS, pois perceberam que só ele tinha tido experiência anterior com a
988 organização do CBAS e a proposta era que a Daniela Neves, que estava na
989 comissão organizadora pela ABEPSS, fosse para a comissão organizadora do
990 congresso, assim como a Sandra, que ficaria como tesoureira, coordenadora da
991 Adm-Fin no CBAS; elas substituiriam a Valéria e a Raquel; que a Valéria passaria a
992 compor a comissão organizadora do Encontro Nacional da Seguridade Social e a
993 Raquel, a comissão organizadora do Encontro Nacional do Sigilo Profissional; que o
994 CRESS-Pernambuco já tinha aceitado; suscitou um questionamento de qual seria a
995 energia que queriam para o CBAS; uma preocupação com a manutenção da
996 estrutura do CBAS (mesa de abertura, análise de conjuntura, desafios da crise,
997 enfrentamento da questão social), pois existiam atravessamentos temáticos que era
998 legítimos, mas que também não conseguia visualizar um congresso que não abrisse
999 com a conjuntura e que não encerrasse com um balanço do serviço social; disse
1000 estar muito animado com as plenárias simultâneas, pois teriam mais tempo para
1001 discussão. Dia 07 de fevereiro (Manhã). 14. O Assessor **Diogo Adjuto** disse que
1002 tinham acordado, na Comissão de Comunicação, a nova proposta da Assessoria e a
1003 Comissão elaborarem um texto preliminar para a revisão da política de comunicação

1004 a ser apresentado na primeira reunião do GT que seria em 22/04; que eles
1005 elaborariam o texto, socializariam com a comissão e, posteriormente, com o GT,
1006 antes da reunião, para na reunião terem um texto já contendo as contribuições; que
1007 o texto seria elaborado até 10 de março; reforçou que o texto seria só preliminar;
1008 falou que era uma situação nova para eles, pois a edição anterior não tinha tido a
1009 construção do GT. A Conselheira **Daniela Neves** disse que havia dúvida quanto à
1010 aprovação, que sabia que tinha que ser aprovado no Encontro Nacional; que iriam
1011 apresentar o produto do GT no Seminário Nacional de Comunicação, mas não iriam
1012 antecipar no descentralizados; que gostaria de confirmar se a sequência seria
1013 apresentar o produto no seminário e levá-lo para deliberação no Encontro. O
1014 Assessor **Diogo Adjuto** disse que a dúvida era se a política poderia ser aprovada no
1015 GT, se teriam que levar ao Encontro só para aprovar ou para permitir discussões;
1016 que eles entendiam que política já estaria concluída no GT, pois esse continha
1017 representações de cada região e que no Seminário de Comunicação seria só uma
1018 apresentação, não teriam contribuições. A Conselheira **Esther** concordou que o
1019 produto não deveria ser apresentado no descentralizados, uma vez que teriam o
1020 Seminário de Comunicação; que achava que o único problema era que o seminário
1021 era muito próximo à data do Encontro Nacional e caso surgisse alguma questão
1022 nova, teriam pouco tempo para discutir. O Conselheiro **Maurílio** entendeu que o GT
1023 elabora a proposta e leva para deliberação no Encontro; que achava complicado não
1024 debater no seminário. O Assessor **Diogo Adjuto** disse que sua dúvida era sobre a
1025 autonomia do GT para finalizar o processo de construção da política. A Conselheira
1026 **Daniela** informou que o GT tem autonomia para apresentar um produto que será
1027 aprovado no Encontro Nacional; que no seminário seria apenas uma apresentação,
1028 onde ocorreria o debate, mas não teria possibilidade de expor novas propostas; que
1029 ela entendia que o GT já apresentaria o produto concluído. A Assessora **Cristina**
1030 **Abreu** disse que os processos de construção não são iguais, mas que no caso da
1031 Política de Comunicação o que era importante era garantir uma discussão
1032 democrática, era permitir que os representantes das regiões dialogassem com os
1033 outros CRESS de forma que discussão se espalhasse para os CRESS da região. O
1034 Assessor **Diogo Adjuto** informou que tinha entendido o processo. A Conselheira
1035 **Daniela Neves** ratificou que, quando eles tinham pensado em socializar o texto
1036 antes, o objetivo era que se mandasse para os CRESS representantes para que
1037 eles fizessem um debate regional de socializar e pedir colaborações. 15. O
1038 Conselheiro **Maurílio** informou que a Comissão do Encontro Nacional era a mesma
1039 do Seminário de Comunicação e que tinham observado, na reunião da Comissão de
1040 Comunicação, que seria importante ter outros profissionais da comunicação na
1041 reunião para pensar na programação, pois havia uma deliberação de que, no
1042 Seminário, tivesse um workshop técnico para os profissionais da comunicação;
1043 sugeriu que um dos profissionais fosse à reunião, dia 26, no Rio de Janeiro e que já
1044 ficasse sexta-feira, sábado e domingo participando do Seminário da Frente Nacional
1045 contra a Privatização, fazendo a cobertura do evento, pois eram duas atividades
1046 importantes para o CFESS e que isso precisaria ser aprovado no Pleno. A
1047 Conselheira **Esther** disse acreditar que deveriam aprovar a proposição. A
1048 Conselheira **Daniela Neves** disse que o 4º Seminário Nacional tinha espaço para
1049 três momentos: 1) *Workshop* técnico sobre Assessoria de Comunicação com
1050 assessores e componentes das comissões de comunicação (fazer consulta sobre os
1051 temas de interesse desses assessores e mandar e-mail para os CRESS para ver se

1052 concordam com a proposta); 2) Apresentação do trabalho do GT/Revisão da Política
1053 Nacional de Comunicação e 3) Debate sobre Democratização da Comunicação do
1054 Brasil (abertura); que os nomes do *workshop* não estavam definidos. O Assessor
1055 **Diogo Adjuto** disse que a proposta da temática do *workshop* sobre “Assessoria de
1056 Comunicação” era dar um panorama geral, pois entendiam que teriam muitos
1057 assessores que estariam no conjunto há pouco tempo e outros com pouca
1058 experiência. **16.** A Conselheira **Esther** lembrou que no Pleno passado tinha
1059 definido que haveria uma campanha de mobilização da categoria para o
1060 recadastramento, a pesquisa e a emissão da nova carteirinha; disse que, em
1061 conversa com a Assessoria de Comunicação, definiram que a primeira divulgação
1062 ocorreria no jornal; que deveriam contratar uma empresa para fazer a campanha, na
1063 modalidade carta-convite devido ao valor e que para isso precisariam da aprovação
1064 do Pleno. O Assessor **Diogo Adjuto** informou que, além do jornal, construiriam
1065 peças gráficas para fazer a divulgação, as quais seriam enviadas aos CRESS,
1066 cartazes, folders, adesivos, vídeos curtos (proposto pelo Rafael); que uma das
1067 vantagens da modalidade carta-convite era a possibilidade de pensarem em
1068 empresas as quais já tinham trabalhado. A Conselheira **Daniela Neves** questionou
1069 se havia previsão orçamentária para a campanha na Adm-Fin, pois tinham pensado
1070 em uma campanha em que trabalhariam com a assessoria, tendo gasto só com a
1071 gráfica. A Conselheira **Esther** informou que não havia previsão orçamentaria
1072 específica para a campanha, mas sim para o processo de cadastramento como um
1073 todo e que precisariam fazer um remanejamento. A Conselheira **Josiane** questionou
1074 qual era a data prevista para começar o recadastramento. A Conselheira **Esther**
1075 disse que, segundo resolução, dia 1º de julho; informou que a organização do edital
1076 estava bastante adiantada; que precisavam decidir se contratariam uma empresa
1077 para os três procedimentos ou duas, sendo uma só para emissão da carteirinha e a
1078 outra para a pesquisa e recadastramento; que eram sistemas diferentes; que
1079 pensaram em usar inexigibilidade de licitação da IMPLANTA, já que ela já tinha todo
1080 o cadastro, ficando responsável pelo recadastramento e pesquisa. O Assessor
1081 **Diogo Adjuto** falou que querem começar a divulgação antes de 1º de julho. A
1082 Conselheira **Esther** complementou que a data de 1º de julho de 2015 era a definida
1083 para o início dos três procedimentos: recadastramento, pesquisa e emissão de
1084 novas carteirinhas. O Assessor de Comunicação informou que pedirá a empresa de
1085 publicidade contratada que faça um layout para a página da pesquisa. **17.** A
1086 Conselheira **Nazarela** explicou que haveria uma apresentação, feita pela Zenite, da
1087 proposta do Encontro da Seguridade Social construída pela Alessandra. O
1088 Conselheiro **Maurílio** lembrou que esse era o maior encontro que teriam no ano. A
1089 Assessora **Zenite Boguea** informou que a Comissão Organizadora iria acontecer nos
1090 dias 20 e 21 de fevereiro; que não deu tempo da Comissão do CFESS conversar;
1091 que a Alessandra havia pedido um levantamento dos encontros anteriores para eles
1092 terem uma ideia de como seria (explanou o levantamento dos 4 encontros
1093 anteriores). O Conselheiro **Maurílio** disse que esse seria o 5º Encontro da
1094 Seguridade Social; que seria realizado em Belo Horizonte (mesmo lugar do 1º) e que
1095 ele aconteceria 18 anos após o 1º. A Assessora **Zenite Boguea** expôs que, na
1096 proposta encaminhada pela Alessandra, a conferência de abertura seria “Crise do
1097 Capital e os Impactos sobre as Políticas de Seguridade Social”. O Conselheiro
1098 **Maurílio** disse que eles teriam que lidar com duas questões: concepção
1099 constitucional e concepção do conjunto CFESS-CRESS; que a Alessandra tinha

1100 feito muito bem em trazer as deliberações do Encontro Nacional e reforçou que não
1101 era uma proposta fechada; que esse encontro deveria discutir mais o exercício
1102 profissional do que a política; que não discutiriam seguridade por política e sim por
1103 eixo; que iriam discutir as condições de trabalho na política; que não haveria
1104 apresentação de trabalhos. A Assessora **Zenite Boguea** expôs as propostas das
1105 plenárias simultâneas: envelhecimento e o trabalho do assistente social; infância e
1106 juventude e o trabalho do assistente social; políticas para população LGBT e o
1107 trabalho da assistência social; política urbana; política de drogas; políticas para
1108 pessoas com deficiência; política para os povos tradicionais; políticas para as
1109 mulheres; políticas para população negra; população em situação de rua; disse que
1110 também haveria plenárias simultâneas sobre o tripé: saúde e assistência social e
1111 previdência social e educação; que haveria 3 mesas: 1) o financiamento das
1112 políticas de seguridade social no Brasil; 2) 15 anos da Carta de Maceió: A
1113 seguridade que defendemos e 3) Controle social democrático. O Conselheiro
1114 **Maurílio** disse que o encontro teria três dias de duração, que a proposta é que fosse
1115 gratuito, mas que ele não concordava. A Conselheira **Nazarela** disse que a ideia das
1116 plenárias simultâneas era atingir um número grande desses aspectos, desses eixos
1117 que sabiam que nem sempre eram debatidos no cotidiano da entidade. A
1118 Conselheira **Erlenia** destacou que achava importante articular com outras entidades
1119 para pensar o ato político, pois isso os deixaria menos isolados e iriam variar o que
1120 eles entendiam de ato político. A Conselheira **Esther** disse que deveria ter o ato
1121 político; que também era favorável que não fosse gratuito, que tivesse um pequeno
1122 custo; que o CFESS poderia entrar com parte do fundo de eventos e capacitação, o
1123 CRESS também poderiam contribuir, que poderiam procurar algum patrocínio. A
1124 Conselheira **Marlene** disse que deveriam objetivar o que queriam com as plenárias
1125 simultâneas, até para formatarem melhor; que as plenárias simultâneas gerais
1126 deveriam ser apresentadas antes das específicas; que deveriam fazer um ato
1127 político; que também não concordava com a gratuidade do evento. A Conselheira
1128 **Solange** reforçou que não era a última versão da programação e que concordava
1129 com a proposta de programação; falou que o ato político não deveria ser feito só
1130 com eles. A Conselheira **Josiane** disse concordar com a proposta da Alessandra;
1131 que concordava com a ideia proposta para o ato; disse não ficar confortável com o
1132 título da conferência de abertura, pois acha ela é mais do que crise do capital e
1133 seguridade social; disse gostar da possibilidade de conexão com o debate
1134 internacional – América Latina. O Conselheiro **Maurílio** disse também não estar
1135 confortável com o título da conferência de abertura; chamou a atenção para os
1136 determinantes locais, pois eles faziam parte de um pacto político maior (Banco
1137 Mundial); disse acreditar que existam temas polêmicos nas políticas; que ao invés
1138 de analisar a política macro, deveriam pensar em uma questão específica que
1139 balizasse a discussão, por exemplo, Infância e Juventude e o trabalho do assistente
1140 social, pensar nas medidas socioeducativas, políticas de drogas, internação
1141 compulsória e etc.; quanto ao ato, sugeriu a criação de uma subcomissão para
1142 ajudar a pensar nele, além da comissão já existente (Esther, Alessandra, Valéria,
1143 Tânia e Raquel); sugeriu a criação de uma mesa profissional que tivesse três falas
1144 de assistentes sociais sobre saúde, assistência e previdência; sugeriu como tema
1145 “Seguridade Social pública e estatal é possível”. A Conselheira **Nazarela** sugeriu
1146 fazer um contraponto entre a política de seguridade constitucional, a que vem sendo
1147 implementada e a que eles defendiam. O Conselheiro **Maurílio** adorou a ideia da

1148 Nazarela e sugeriu que esse contraponto fosse tema de uma mesa “A seguridade
1149 social escrita na Constituição Federal, a seguridade social que se tem hoje e a
1150 seguridade que defendemos.” A Conselheira **Bernadette** se disse contemplada com
1151 a discussão, principalmente quanto ao tema central sobre a questão de como as
1152 políticas estão sendo implementadas, porque, de uma forma geral, todas elas, ao
1153 mesmo tempo em que se propunham, a forma delas era de cada vez mais restringir;
1154 que era um momento de enxugamento do Estado; era um momento de convênios
1155 com entidades privadas, privatizações. A Conselheira **Valéria** também se sentia
1156 contemplada pelas falas anteriores e disse pensar que o ato não deveria ser deles
1157 para eles; que lembrou, quanto à sugestão da praça, que o Douglas tinha falado de
1158 um decreto de Belo Horizonte que proibia manifestações públicas, sendo bom
1159 confirmarem essa informação. A Assessora **Zenite Bogea** disse acreditar que o
1160 Encontro da Seguridade estaria acontecendo em um momento muito bom, pois no
1161 mesmo ano teriam várias conferências, vários debates. A Conselheira **Erlenia** disse
1162 que seria muito bom falar, na abertura, sobre os processos de privatização, seus
1163 impactos sobre a classe trabalhadora. A Conselheira **Esther** disse que a concepção
1164 do encontro era totalizar e não fragmentar; que era preciso fazer a conexão dessas
1165 determinações e o impacto que teriam para o exercício profissional; elogiou a
1166 preposição do Maurílio sobre o exercício profissional nas três políticas; que, ao
1167 colocarem três profissionais de referência, permitiria aos que estivessem assistindo
1168 ver como tinha unidade na determinação posta às políticas; disse que concordava
1169 com o Maurílio para que a comissão fizesse um exercício de não colocar uma
1170 plenária simultânea absolutamente genérica; mas que realmente tratasse da
1171 materialidade do exercício profissional; que queriam justamente mostrar a unidade
1172 política que iria ter entre política econômica, política social, entre determinações
1173 posta na política em exercício profissional e a resposta que teriam que construir com
1174 o trabalhador no trabalho profissional, da potencialidade coletiva que tinham; que
1175 pensou que talvez estivesse faltando um espaço para mobilizarem os diferentes
1176 espaços políticos que participavam (FENTAS, FNTSUAS, FNDCA); que concordava
1177 com a questão da América Latina, pois traria uma perspectiva de que todos esses
1178 impactos não estariam só no Brasil; sugeriu que tivesse uma plenária ou uma mesa
1179 sobre as relações internacionais que tinham. O Conselheiro **Maurílio** disse que
1180 poderiam ter cinco ou mais plenárias simultâneas; sugeriu três mesas: 1) Ofensiva
1181 aos modelos de seguridade social no mundo (privatização, desmontes), 2)
1182 Seguridade Social inscrita na Constituição Federal, a Seguridade Social que se tem
1183 hoje e a Seguridade que defendemos e 3) O Trabalho Profissional na Seguridade
1184 Social Brasileira Hoje; que nas pequenas reuniões discutissem sobre a Organização
1185 dos Trabalhadores Assistentes Sociais nos seus Diferentes Espaços; recuperou a
1186 proposta até ali: os três assuntos das mesas; a organização dos fóruns, reuniões. A
1187 Conselheira **Solange** propôs fazer uma discussão de como a diversidade atravessa
1188 as políticas públicas e que, por isso, talvez não precisassem tratar esse assunto em
1189 plenárias específicas. A Conselheira **Esther** destacou como imprescindível de
1190 discussão o tema sobre diversidade, sobre internação compulsória. A Conselheira
1191 **Daniela Neves** disse que, no campo LGBT, era importante discutir a questão da
1192 violência. O Conselheiro **Maurílio** sugeriu que fosse colocado na plenária simultânea
1193 lesbofobia, transfobia e homofobia, o atendimento dos serviços e a contribuição do
1194 assistente social. A Assessora **Cristina Abreu** sugeriu reduzir para “As diversidades
1195 de orientações sexuais e os processos de violência.” A Conselheira **Esther** sugeriu

1196 uma plenária sobre família, concepção de família, legalidade. O Conselheiro
1197 **Maurílio** disse achar que o tema família era muito amplo e não sabia se caberia uma
1198 plenária simultânea. A Conselheira **Marlene** sugeriu que pensassem em uma forma
1199 de articular a discussão da família não exclusivamente no ponto de vista da
1200 definição, mas como a família estaria acessando seus direitos na seguridade de uma
1201 forma geral, pois não era só na assistência. A Assessora **Zenite Bogea** sugeriu
1202 como tema transversal, que atinge todas as políticas, a questão dos recursos
1203 humanos, da gestão de pessoas. O Conselheiro **Maurílio** disse que via duas falas
1204 sobre o tema família: novos arranjos familiares e como o serviço social vem tratando
1205 as famílias e que fosse tratado em uma mesa central. A Conselheira **Marlene** disse
1206 acreditar que no tema família deveriam ver em que contexto pensavam em família
1207 quando falavam em saúde, assistência, educação. O Conselheiro **Maurílio** tornou as
1208 especificar as propostas já tratadas: ato político na praça com a participação de
1209 movimentos sindicais, centrais sindicais; as ideias das mesas centrais, incluindo as
1210 três anteriormente citadas a da “Política da Seguridade Social: Novos arranjos
1211 familiares e serviço social”; plenárias simultâneas de fóruns de trabalhadores, de
1212 articulação de política; se a alteração do tema para “Seguridade Social Pública e
1213 Estatal é possível.”**18**. Seminário Trans - O Conselheiro **Maurílio** comunicou que o
1214 tema do Seminário Trans seria “Transdiversidade e Direitos. Desafios e
1215 possibilidades para o exercício profissional dos assistentes sociais”; informou que
1216 tinham feito uma reunião sobre o seminário em São Paulo (participantes: pelo
1217 CFESS – ele, Tânia, Solange e Marlene; Guilherme Almeida – convidado; pelo
1218 CRESS-SP – Mauricléia, Cláudio; Lili – convidada; Júlio e duas conselheiras –
1219 Patrícia e Márcia); que o seminário seria nos dias 11 e 12 de junho, em São Paulo
1220 (lugar a ser definido pelo CRESS-SP) com expectativa de 400 a 500 participantes;
1221 que o objetivo era que a categoria visse o evento a partir do questionamento “Onde
1222 está a população trans que não atendo?”, ou seja, que não fosse entendido pela
1223 categoria como um evento voltado só para os assistentes sociais que trabalham com
1224 essa população; sugeriram que a comunicação começasse a fazer matérias sobre o
1225 evento; falou que a primeira mesa falaria sobre a concepção histórica do debate
1226 trans no mundo e no Brasil, de modo a apresentar à categoria o que era esse
1227 universo e também sobre inserção do serviço social na reflexão ampla da
1228 diversidade sexual, o qual abrangeria o Código de Ética; que tal mesa teria a
1229 participação do Guilherme e da Silvana Mara (ambas confirmados); já a segunda
1230 mesa seria sobre o processo transexualizador no SUS, a qual teria como
1231 palestrantes a antropóloga Flávia Teixeira (Guilherme passaria o contrato), a Liliane
1232 de Oliveira Caetano (já confirmada) e Márcia Brasil (já confirmada) e debateria da
1233 regulamentação desse processo (CFM); a terceira mesa discutiria a
1234 transexualização de crianças e adolescentes e a posicionamento do CFESS, com a
1235 justificativa de que a transexualização na vida adulta era muito difícil e que, talvez,
1236 uma intervenção hormonal cedo causasse menos sofrimento; a qual teria como
1237 palestrantes a Vanessa Leite (psicóloga) e Elisabeth Gaité Arabajo (assistente da
1238 Defensoria Pública); a quarta mesa seria para os movimentos, o que as pessoas
1239 trans têm de demanda para as políticas, especialmente de serviço social e teria
1240 como palestrantes ANTRA, IBRAT, ABHT e Cristina Brites (Rio das Ostras); quinta
1241 mesa sobre agenda política. A Conselheira **Nazarela** fez um aparte para falar sobre
1242 a implantação, nos hospitais universitários, dos ambulatórios de atendimento ao
1243 processo transexualizador e sugerindo que se fizesse um levantamento das

1244 demandas nesses hospitais. O Conselheiro **Maurílio** lembrou que o encontro não
1245 era de todo LGBT e sim serviria para eles acumularem sobre a diversidade trans. A
1246 Conselheira **Daniela Neves** disse achar que estavam superestimando o número de
1247 participantes, pois existia a resistência de alguns por acharem que o CFESS só
1248 discutia a questão LGBT. A Conselheira **Esther** disse também achar superestimado
1249 o número de participantes e questionou se o evento seria gratuito ou pago. A
1250 Conselheira **Solange** respondeu que gratuito. O Conselheiro **Maurílio** informou que
1251 iram aproveitar a arte e as fotos do cartaz trans e alterariam só as cores; que as
1252 inscrições seriam *on line*. O Assessor **Diogo Adjuto** perguntou se já tinham algumas
1253 informações básicas para divulgarem e disse acreditar que a demanda não seria
1254 baixa, pois com a divulgação da agenda do CFESS, já tinham recebidos alguns e-
1255 mails interessados em saber sobre o evento; solicitou que, assim que definissem a
1256 inscrição, informassem a eles para que contatassem a empresa responsável pelo
1257 sistema de inscrição *on line*. A Conselheira **Solange** informou que o CRESS propôs
1258 que pessoas trans fossem contratadas para trabalhar no evento e que se pensou em
1259 um show com uma pessoa trans. O Conselheiro **Maurílio** disse que já podia ser
1260 deflagrado o processo da inscrição *on line* com a empresa e que a matéria sobre o
1261 seminário já podia ser feita falando da programação, os palestrantes, cidade de
1262 realização; informou que não seria a empresa COMPLETA e que novo processo
1263 licitatório seria feito e que o Cláudio sugeriu que as atividades culturais também
1264 fossem trans. A Conselheira **Bernadette** sugeriu que, na divulgação, tivesse uma
1265 explicação do significado trans. A Conselheira **Marlene** pediu que se mantivesse a
1266 previsão de 400 participantes. O Conselheiro **Maurílio** pediu para fazer alguns
1267 encaminhamentos: devolver para o grupo a proposta do nome das palestras, indagar
1268 sobre a confirmação do nome do seminário; cobrar os contatos das indicações com
1269 o Guilherme. A Assessora Jurídica **Sylvia Terra** sugeriu criar uma mesa que
1270 pudesse informar quais as conquistas legais que já existiam nesse campo e quais as
1271 normas de alguns órgãos que já existiam, citando como exemplo a legalização da
1272 possibilidade da cirurgia trans. A Conselheira **Valéria** solicitou que o convite e a
1273 divulgação do seminário fossem estendidos para outras categorias, como o pessoal
1274 da saúde e do direito. A Conselheira **Daniela Neves** pediu uma explicação acerca
1275 do uso do termo “expressão de gênero” ao invés de “identidade de gênero” na
1276 terceira mesa. A Conselheira **Solange** esclareceu que o primeiro era um termo mais
1277 amplo que o segundo, mais abrangente. Já o Conselheiro **Maurílio** esclareceu que
1278 tinha sido usado o primeiro termo, pois se tratavam da discussão de crianças e
1279 adolescentes, os quais ainda não tinham uma identidade definida. A Assessora
1280 **Zenite Boguea** pediu atenção especial à questão da organização dos banheiros;
1281 sugeriu que, em relação à legislação, do processo de instalação em si, se falasse da
1282 implementação das políticas, a questão da mudança do nome social. Quanto aos
1283 banheiros, O Conselheiro **Maurílio** afirmou que seria um masculino e outro feminino
1284 e que as pessoas deveriam entrar onde melhor se identificassem. **19.** O Conselheiro
1285 **Maurílio** lembrou que eles tinham ficado de deliberar sobre a abertura e a
1286 participação no 34º Congresso do ANDES, de 23 a 28 de fevereiro, em Brasília.
1287 Após falas das Conselheiras Erlenia, Daniela Neves e da Assessora **Cristina Abreu**,
1288 ficou definido que a Cristina assistiria à palestra sobre Política Social no dia 26 e que
1289 Erlenia participaria do primeiro dia. Dia 07 de fevereiro (Tarde). **20.** O Conselheiro
1290 **Maurílio** solicitou que fosse postada, no *site* do CFESS, a nota de repúdio do
1291 CRESS-PE ao folder de divulgação do curso de Serviço Social da Faculdade

1292 Guararapes, pois ele associava a intervenção profissional à prática benevolente e a
1293 imagem de uma família nuclear e tradicional reforçava preconceitos que
1294 contrariavam a luta da categoria profissional. A Assessora **Sylvia Terra** pediu para
1295 verificarem se a faculdade tinha respondido e, em caso negativo, disse acreditar que
1296 o CFESS deveria intervir também. O Conselheiro **Maurilio** disse o CRESS-PE
1297 informou que já estava movendo as ações cabíveis. **21.** A Assessora Jurídica deu
1298 início a leitura dos pareceres que seriam submetidos à apreciação do Conselho
1299 Pleno do CFESS.1) Parecer Jurídico nº 16/14 – Pedido de desaforamento nº 07/12
1300 da denúncia apresentada pelo Comissão de Orientação e Fiscalização perante o
1301 CRESS DA 7ª Região contra a assistente social Elisangela Lima Pereira,
1302 coordenadora do Núcleo de Proteção Social Básica da Secretaria Municipal de
1303 Assistência Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, por existirem indícios que
1304 infringiu o código de ética profissional, abuso de poder e cerceamento de direitos –
1305 Motivo: arguição de impedimento do CRESS da 7ª Região em processar e julgar a
1306 denúncia, pois uma das assistentes sociais advertidas é vice-presidente do CRESS
1307 – Encaminhamento: desaforamento para o CRESS da 17ª Região para dar
1308 prosseguimento à decisão do CFESS; envio de cópia do Parecer para CRESS 7ª
1309 Região, CRESS 17ª Região, para a denunciante e para a denunciada. Acatado o
1310 parecer e o desaforamento da denúncia para o CRESS da 17ª Região. 2) Parecer
1311 Jurídico nº 46/14 – Desaforamento nº 03/12 de denúncia ética protocolizada perante
1312 o CRESS da 7ª Região, denunciadas questionaram, sem qualquer prova ou indício,
1313 a lisura do trabalho da banca examinadora do concurso para o provimento do cargo
1314 de professor assistente da Escola de Serviço Social do campus da Universidade
1315 Federal Fluminense, na qual a denunciante era presidente – Motivo: arguição de
1316 impedimento do CRESS da 7ª Região processar e julgar a denúncia, em decorrência
1317 dos sujeitos envolvidos na denúncia – Encaminhamento: Acatado o parecer e o
1318 desaforamento da denúncia para o CRESS da 17ª Região. 3) Parecer Jurídico nº
1319 01/05 – Desaforamento nº 05/14 de denúncia ética protocolizada perante o CRESS
1320 da 11ª Região, docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de
1321 Maringá, campus regional de Vale do Ivaí/PR, contra as assistentes sociais docentes
1322 do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, campus regional
1323 de Vale do Ivaí/PR, devido a forma abrupta, unilateral e sombria na qual se deu o
1324 rompimento de seu contrato de trabalho e a evidência da direção política do curso
1325 de Serviço Social com docentes que concordavam com o atual modelo conservador,
1326 clientelista e centrado na formação apressada de mão de obra para o mercado de
1327 trabalho – Motivo: arguição de impedimento do CRESS da 11ª Região processar e
1328 julgar a denúncia, pois a denunciante possuía estreitos laços com alguns integrantes
1329 da atual diretoria, tendo, a mesma, integrado a chapa que compunha a atual gestão
1330 e, mesmo não tendo tomado posse, a gestão se declarou impedida considerando os
1331 vínculos mantidos com a denunciante – Encaminhamento: suscitar, ao CRESS,
1332 esclarecimentos sobre o procedimento de remessa do processo de Maria Celeste
1333 Melo para o CRESS da 6ª Região/MG (os processos das denunciadas foram
1334 separados. O da Assistente Social foi encaminhado para o CRESS da 6ª Região sob
1335 a alegação inscrição provisória). Acatado o parecer e o desaforamento da denúncia
1336 apresentada contra a assistente social para o CRESS da 12ª Região. 4) Parecer
1337 Jurídico nº 02/15 – Desaforamento nº 06/14 de denúncia ética protocolizada perante
1338 o CRESS da 12ª Região, pela COFI, contra assistentes sociais, devido à existência
1339 de indícios de irregularidades referentes ao estágio de Serviço Social no Conselho

1340 Tutelar Norte Florianópolis – Motivo: Arguição de impedimento do CRESS da 12ª
1341 Região em processar e julgar a denúncia, pois conta como colaboradora da entidade
1342 a assistente social denunciada e por ter sido a assistente social denunciada Vice-
1343 presidente da gestão 96/99. – Encaminhamento: suspensa a decisão do Parecer
1344 Jurídico 2/15 para encaminhamento de pedido de esclarecimentos ao CRESS da 12ª
1345 Região quanto aos motivos que ensejaram o pedido de desaforamento da denúncia,
1346 bem como o grau de envolvimento mantido com as denunciadas. Após, retornar ao
1347 Conselho Pleno para nova apreciação; que os esclarecimentos do CRESS sejam
1348 enviados tanto à assessoria Jurídica para reformulação do parecer quanto aos
1349 conselheiros. 5) Parecer Jurídico 03/15 – Desaforamento nº 07/14 de denúncia ética
1350 protocolizada perante o CRESS da 13ª Região pela assistente social, funcionária
1351 efetiva do município da Bayeux, contra outra assistente social, funcionária da
1352 secretaria de Saúde de Bayeux, pois teve sua imagem profissional denegrida em
1353 público, especialmente pela coordenadora, a denunciada, que tinha dado a entender
1354 aos colegas de trabalho que a denunciante tinha a intenção de ocupar a vaga de
1355 coordenadora – Motivo: Arguição de impedimento do CRESS da 13ª Região em
1356 processar e julgar a denúncia, pois a assistente social denunciante era membro da
1357 atual gestão sendo Conselheira fiscal do CRESS da 13ª Região – Encaminhamento:
1358 acatado o parecer e o desaforamento da denúncia para o CRESS da 14ª Região;
1359 remessa de cópia do parecer ao Presidente do CRESS da 13ª Região, para o
1360 CRESS da 14ª Região, para a denunciante e para a denunciada. 6) Parecer Jurídico
1361 04/15 – Pleito administrativo requerendo a revisão dos critérios estabelecidos pelo
1362 artigo 5º da Resolução CFESS nº 533 de 29 de setembro de 2008, que reorienta a
1363 supervisão direta de estágio em Serviço Social, solicitando que o CFESS possibilite
1364 uma orientação mais flexível da norma, de forma a permitir que a supervisão do
1365 estágio, na situação específica, seja reconhecida sem o cumprimento dos requisitos
1366 estabelecidos no art. 5º da citada resolução. A requerente solicita que seja
1367 deliberado direito de exercer atribuição privativa do art. 5º da lei n. 8662, qual seja
1368 de supervisor de estagiário de Serviço Social, por ser medida de justiça. Não há
1369 nenhum impedimento emanado do CRESS no sentido de que a interessada, se
1370 devidamente registrada no CRESS de sua área de atuação, exerça as atribuições
1371 privativas de assistentes sociais observadas as exigências legais. Concluiu que a
1372 interessada poderia exercer a sua atividade regulamentada respondendo, em tese,
1373 pelas irregularidades que forem, eventualmente, constatadas e de sua prática
1374 profissional. Encaminhamento: acatado o parecer Jurídico nº 04/15; envio de cópia
1375 para o CRESS 25ª Região, para assistente social, para o Departamento de Serviço
1376 Social da Universidade Federal de Tocantins; elaboração de manifestação Jurídica
1377 sobre o entendimento acerca da abrangência do termo de quadro de pessoal,
1378 considerando a diversidade de vínculos dos assistentes sociais nos espaços
1379 ocupacionais; encaminhar manifestação Jurídica para a comissão de formação do
1380 CFESS que remeterá para o conhecimento de todos os CRESS. 7) Parecer Jurídico
1381 nº 05/15 – Aplicação de penalidade aos empregadores em razão do
1382 descumprimento do art. 5º A, da lei 8662/1993 introduzido pela Lei 12.317/2010, por
1383 pessoas físicas ou Jurídica de direito público ou privado, que veio a fixar em 30
1384 (trinta) horas a jornada de trabalho do assistente social, sem redução do salário.
1385 Encaminhamento: acatado parecer Jurídico nº 05/15; encaminhar cópia para o
1386 CRESS da 19ª Região com um ofício diferenciado respondendo a que ele havia
1387 perguntado, que era a respeito de como deveria ser cobrada a multa que eles

1388 tinham aplicado; COFI deve elaborar ofício para todos os CRESS com cópia do
1389 parecer Jurídico com fundamentos da dimensão pedagógica. 8) Parecer Jurídico nº
1390 06/15 – Desaforamento nº 08/14 da denúncia ética protocolizada perante o CRESS
1391 da 12ª Região pela coordenação do curso de Serviço Social da Uniban e
1392 coordenação de Estágio do curso de Serviço Social da Uniban, representadas por
1393 assistentes sociais, contra assistente social, em que alegam que a denunciada se
1394 submete a orientações legais como, por exemplo, assinar estágio em período
1395 retroativo em data que a mesma não fazia parte do quadro docente da Uniban –
1396 Motivo: Arguição pelo impedimento do CRESS da 12ª Região em processar e julgar
1397 a denúncia, pois o processo já estava em curso e seria reaberto para oitiva de 2
1398 testemunhas, sendo uma delas assistente social, a qual era ex-integrante da
1399 Comissão Ampliada de Ética e atual Conselheira do CRESS. Encaminhamento:
1400 acatado o parecer Jurídico nº 06/15 e desaforamento para o CRESS da 10ª Região;
1401 remessa de cópia do parecer para o CRESS da 12ª Região e CRESS da 10ª
1402 Região. Lembrete: o CRESS da 10ª Região poderá convalidar, integralmente aos
1403 atos já praticados pelo CRESS da 12ª Região ou poderá revogá-los, caso entenda
1404 necessário e imprescindível para conferir a necessária legitimidade de correção
1405 processual. **21.1** A Assessora **Sylvia Terra** explanou que tinha sido feita uma
1406 reunião da Comissão de Ética sobre a questão do desaforamento e que eles tinham
1407 feito o encaminhamento e a Comissão de Ética deliberado pelo encaminhamento de
1408 dois desaforamentos da 7ª Região; foi ratificado que eram casos iguais (casos
1409 Marcelo Garcia); que todos estavam indo para a 17ª Região e a Comissão, apoiada
1410 pela assessoria jurídica, deu um despacho já encaminhando os processos para a
1411 17ª Região; tinham determinado *ad referendum* do Conselho Pleno o desaforamento
1412 e o Conselho precisa referendar; referendada a decisão da Comissão de Ética
1413 quanto ao desaforamento das denúncias éticas 03/12 e 07/12 para o CRESS da 17ª
1414 Região. **21.2** O Conselheiro **Maurílio** informou que haveria uma sessão de recurso
1415 ético no dia 27 de abril; que o Vitor entregaria, no próximo Pleno (março), os
1416 resumos; definiu os horários de 9h30 – Bernadete (já estava distribuído), 13h –
1417 Erlenia (Vitor mandaria o que já estava pronto) e 16h – Sandra, Josi e Esther. **22.** O
1418 Conselheiro **Maurílio** disse que o Fórum Nacional de Execução Fiscal havia enviado
1419 um documento solicitando patrocínio do CFESS ao evento e que iria responder que
1420 o Conselho não tinha condições de ser patrocinador naquele momento. **23.** A
1421 Conselheira **Valéria** disse que foi informada, informalmente, pela Secretaria de
1422 Educação, que a Procuradoria do Município de Maceió estaria negando seu
1423 afastamento para participar como Conselheira no CFESS. O Assessor Jurídico **Vitor**
1424 **Alencar** informou que eles tinham que esperar a oficialização, ver como o parecer
1425 seria julgado pela autoridade competente e, caso fosse decidido pela negação,
1426 recorreriam às instituições administrativas e, se for o caso, no âmbito judicial
1427 também. A Conselheira **Valéria** sugeriu enviassem ofício informando as atividades
1428 as quais a Conselheira está envolvida (comissões, fóruns), além da própria agenda.
1429 **24.** O Conselheiro **Maurílio** informou que eles receberam um convite para que o
1430 CFESS fizesse uma apresentação no CAI Redenção e que nesse mesmo
1431 documento citaram que haviam enviado denúncias para o conselho. Diante disso,
1432 ficou decidido que iriam responder dizendo que a Daniela Castilho participaria do
1433 evento e que o CFESS não tinha conhecimento de nenhuma denúncia referente à
1434 CAI. **25.** Assuntos jurídicos 1) Manifestação Jurídica nº 02/2015-V – deliberação 16
1435 do CFESS – realização de estudo no âmbito do conjunto CFESS/CRESS, visando a

1436 possibilidade de construir estratégias comuns para procedimentos relativos à
1437 licitação de contas. O Assessor **Vitor Alencar** disse que, na verdade, a deliberação
1438 a ser aprovada surgiu da demanda de alguns CRESS que defendiam a utilização, no
1439 âmbito do conjunto CFESS/CRESS, do sistema de registro de preços previsto no art.
1440 15 da lei 8.666, de 1993; que entendia ser possível a utilização desse sistema desde
1441 que obedecidos os ditames do decreto 7.892/2013, porém, tendo em vista a limitada
1442 estrutura de pessoal que o CFESS possuía atualmente, especialmente no que dizia
1443 respeito a profissionais responsáveis pela realização de licitação (só 3), entendia
1444 que o CFESS não tinha condições de cumprir todas as exigências normativas do
1445 Sistema de Registro de Preços, motivo pelo qual deveria ser descartada, pelo
1446 menos, por enquanto, a utilização de tal instrumento com o CFESS configurando
1447 como órgão gerenciador; informou que o fato do CFESS não ter condições de atuar
1448 como órgão gerenciador, não impedia, todavia, que algum CRESS ou o próprio
1449 CFESS atuasse como órgão participante ou órgão não participante desse sistema,
1450 desde que cumpridos os ditames normativos. A Conselheira **Esther** disse que a
1451 Adm-Fin apoiava a manifestação e que achava que o Pleno também deveria aprovar
1452 o parecer. Encaminhamento: acatada a manifestação Jurídica nº 02/2015,
1453 encaminhamento para todos os CRESS e fazer menção à deliberação do 43º
1454 Encontro Nacional. 2) Manifestação Jurídica nº 10/2015-V – dizia respeito ao acordo
1455 coletivo de trabalho 2015/2016 dos trabalhadores do CFESS. O Assessor Jurídico
1456 Vitor informou que não havia mudança nas cláusulas sociais do acordo que tinha
1457 sido aprovado no ano anterior, apenas alterações de ordem percentual dos valores
1458 de um ano para outro e que ele se manifestava favorável ao documento. A
1459 Conselheira **Daniela Neves** solicitou que na manifestação constasse que os
1460 percentuais tinham a ver com a reposição ou de ganho ou de perdas em relação ao
1461 salário, até para que eles deixassem claro que tinham um entendimento de repor
1462 esses ganhos. Encaminhamento: aprovada manifestação Jurídica nº 10/2015-V;
1463 encaminhar assinatura do presidente do CFESS e do sindicato; incluir as alterações
1464 na manifestação; aprovado o acordo coletivo com a manutenção das cláusulas
1465 sociais vigentes no acordo anterior, alterando os percentuais de reposição das
1466 perdas salariais pelo INPC/IBGE de 6,23% e reajuste de 4,77% a título de ganho
1467 real. **25.1** O Conselheiro **Maurílio** comunicou que iriam refazer o material didático do
1468 curso “Ética e Movimento” e contratar os profissionais para fazer esse material, logo,
1469 precisariam refazer o contrato; que dos 4 livros, três seriam refeitos pela autoras,
1470 mas um seria feito por outra autora. Ficou acertado que a Sandra encaminharia para
1471 o Assessor **Vitor Alencar** os contratos, ele se manifestaria e enviaria para as partes
1472 assinarem. **25.2** A Conselheira **Esther** ressaltou a importância de fazerem as
1473 minutas de resolução para discutir a questão da regulamentação do fundo sede e do
1474 fundo bens móveis, ou seja, para reger o acesso dos CRESS a esses fundos. **25.3** A
1475 Conselheira **Esther** comunicou que eles precisavam regulamentar a padronização
1476 do sistema de cadastro do País, do SISCAF; que precisavam agora, no âmbito do
1477 CFESS, afinar a questão do que estavam entendendo no âmbito da padronização
1478 para fazer a resolução que vai regulamentar a padronização do conjunto
1479 CFESS/CRESS, em todos os CRESS, no mesmo sistema; que a IMPLANTA já tinha
1480 preparado o que eles chamavam de “DE PARA”, sendo DE a situação atual e PARA,
1481 a alteração; pediu que o Vitor fizesse a minuta de resolução; disse que era
1482 prioridade porque precisavam ter unidade, pois sem unidade não poderiam fazer um
1483 recadastramento que tenha um dado sólido. A Assessora Jurídica **Sylvia Terra**

1484 sugeriu que encaminhassem as informações para o Vitor para que ele fizesse a
1485 minuta de resolução e depois para ela, afim de que fizesse as adequações. O
1486 Assessor **Vitor Alencar** disse que intenção da resolução era padronizar os nomes
1487 das categorias. A Conselheira **Esther** perguntou se era possível fazerem a
1488 apreciação por *e-mail*, pois precisariam definir um prazo e que o mês de abril era o
1489 limite. A Assessora **Cristina Abreu** disse que o GT de Padronização teria reunião
1490 nos dias 12 e 13 de março e que gostariam ter a minuta para apresentar lá. A
1491 Conselheira **Esther** definiu que apreciariam no GT e no dia 15 de março finalizariam,
1492 pois teriam 15 dias para os CRESS terem ciência e começar a agendar a partir de 1º
1493 de abril a 30 de abril. O Assessor **Vitor Alencar** resumiu o combinado: ele faria a
1494 minuta, encaminharia para a Sylvia e ela para os conselheiros e, no GT, eles
1495 fechariam o texto. **25.4** O CRESS do Maranhão queria saber o que fazer com as
1496 inscrições que já tinham sido deferidas, mas que, consultando o MEC, descobriram
1497 que a Faculdade Reunida não tinha autorização para oferecer curso a distância. A
1498 Assessora **Sylvia Terra** esclareceu que o correto não seria cancelar e sim anular o
1499 registro, pois era um ato administrativo que tinha sido praticado de forma incorreta,
1500 porque não tinha cumprido os requisitos necessários. **25.5** O CRESS de São Paulo
1501 questionou acerca da exigência legal quanto à supervisão acadêmica presencial nos
1502 estágios do ensino da modalidade à distância. Tal pedido seria encaminhado para a
1503 manifestação Jurídica da Sylvia. **25.6** A Conselheira **Esther** iniciou lendo o ofício
1504 enviado pelo CRESS da Paraíba no qual ele informava da dificuldade em custear as
1505 despesas das representações do CRESS da Paraíba no GT Arquivamento e pedia
1506 ajuda financeira para terminar de pagar a sede nova que tinham comprado e que
1507 tinham feito isso, pois era uma oportunidade única, valor abaixo do mercado. A
1508 Conselheira **Solange** questionou o que tinham feito com a sede antiga e a
1509 Bernadette disse que continuavam lá. A Conselheira **Solange** informou que eles não
1510 tinham a menor condição de emprestar. A Assessora Jurídica informou que eles
1511 deixaram de cumprir vários procedimentos como, por exemplo, a homologação do
1512 CFESS antes da compra do imóvel; que a primeira coisa a ser feita era pedir cópia
1513 de todo o processo de compra para o CFESS avaliar. A Conselheira **Esther** disse
1514 que, pelo ofício, eles não estavam agindo com desconhecimento do procedimento. O
1515 Assessor **Vitor Alencar** ratificou os encaminhamentos: questionar sobre a sede
1516 nova e sobre a antiga, ver com o Vilmar a questão da saúde financeira do CRESS;
1517 disse que faria uma minuta de resposta (manifestação). A Conselheira **Marlene**
1518 disse que não podiam deixar de considerar a questão do GT. A Conselheira **Esther**
1519 disse que precisavam oficializar a região nordeste estava sem representação no GT
1520 arquivamento. **25.7** A Assessora Jurídica **Sylvia** expos suas prioridades na
1521 assessoria jurídica: compilação dos pareceres das comissões; entrega dos módulos
1522 de instrumentos pessoais; minuta de resolução de desaforamento; recursos éticos
1523 que já foram julgados. **25.8** Ficou definido que ficaria, como prioridade, para o
1524 Assessor **Vitor Alencar**, a discussão política sobre a interiorização dos CRESS, as
1525 diferentes nomenclaturas (compilação dos pareceres, normatização dos núcleos) e
1526 que deveria ser encaminhado a ele a produção do CFESS sobre a matéria para
1527 análise. Dia 8 de fevereiro (Manhã). A Conselheira **Marlene** informou que antes de
1528 iniciar o acompanhamento dos PLs e o Relatório de Gestão de 2014, conforme
1529 definido, foram incluídos dois pontos para serem discutidos: a arte da Semana do
1530 Assistente Social e o Seminário das Regiões Fronteiriças. **26.** E assim, começou a
1531 discussão da arte da Semana do Assistente Social, tendo em vista que o Assessor

1532 **Diogo Adjuto** estava ali justamente para tirar dúvidas a respeito da arte. O
1533 Conselheiro **Maurílio** cumprimentou a todos e em especial a presença do Diogo.
1534 Informou que recebeu a nova proposta de arte para o Dia do Assistente Social na
1535 noite de 7 de fevereiro de 2015, e que eram duas imagens, uma vinculada ao
1536 trabalho e movimentos sociais, outra, institucional e descreveu quem eram as
1537 pessoas que estavam nas fotos. O Assessor **Diogo Adjuto** começou a explanar a
1538 respeito da arte. Ele disse que antes de conversar com o Rafael, ele fez algumas
1539 considerações com Ilvar, pois eles tinham percepções diferentes. Em seguida, ele
1540 discutiu com Rafael tendo em vista a experiência dele no assunto. O Assessor
1541 **Diogo Adjuto** ficou satisfeito com o que viu e lembrou que faltava apenas incluir a
1542 logo do CFESS e dos CRESS e o *site* do CFESS e o senhor Rafael também ficou
1543 muito satisfeito e não fez nenhuma consideração. A Assessora **Cristina Abreu**
1544 lembrou ainda a assinatura do Conselho Federal e Conselhos Regionais. O
1545 Assessor **Diogo Adjuto** disse que eles acharam também que as imagens escolhidas
1546 e a disposição ficaram muito mais comunicativas e que estava aprovada por eles. A
1547 Conselheira **Daniela Neves** elogiou o cartaz e perguntou qual a impressão que os
1548 conselheiros tiveram do cartaz. A Conselheira **Esther** considera que o cartaz está
1549 muito bom e, portanto, aprovado por ela. A Conselheira **Daniela Neves** também
1550 disse que teve uma impressão muito boa do cartaz e, portanto, ela gostou do cartaz.
1551 O Conselheiro **Maurílio** disse que, com a experiência adquirida no CFESS, a
1552 comunicação deve ser feita por profissionais, pois as pessoas têm opiniões múltiplas
1553 e por isso ele colocou na pauta do pleno e fez algumas considerações: primeiro: a
1554 identificação do assistente social ficou explícita? Pois ele lembrou que há anos ele
1555 trabalha com a ideia de que os assistentes sociais devem estar nos movimentos não
1556 apenas como militantes, mas como campo de trabalho; segundo, que ele aprovava
1557 como estava o cartaz. A Conselheira **Daniela Neves** afirmou que teve esta
1558 percepção, pois ela conhecia os personagens envolvidos, que também aprovava o
1559 cartaz. A Conselheira **Marlene** passou a palavra para o Diogo e concordou com
1560 tudo que foi dito. O Assessor **Diogo Adjuto** esclareceu que um dos grandes
1561 objetivos ao construir a arte do Dia do Assistente Social era passar a mensagem de
1562 quem é o assistente social para quem não é do conjunto CFESS-CRESS, era
1563 importante a ideia da luta, independente de ele ser ou não assistente social e assim
1564 foi aprovado sem nenhuma alteração o cartaz. A Conselheira **Daniela Neves** fez
1565 uma breve colocação: disse que eles escutariam várias críticas, pois, apesar de ter
1566 várias mulheres no cartaz, a liderança é masculina. O Conselheiro **Maurílio**
1567 considerou que no momento da foto não havia no Rio nenhuma liderança feminina e
1568 que no movimento sem-teto só havia lideranças masculinas. A Conselheira **Daniela**
1569 **Neves** disse que há feministas no movimento dos sem-teto, só não estavam neste
1570 momento. O Conselheiro **Maurílio** disse que elas não estavam lá, ou seja, a
1571 realidade não podia ser criada. A Conselheira **Daniela Neves** disse que essa era a
1572 leitura dela. A Conselheira **Marlene** concedeu a palavra ao Diogo para que ele
1573 esclarecesse mais alguns pontos e que o assunto fosse encerrado. O Assessor
1574 **Diogo Adjuto** disse que toda e qualquer comunicação visual não agrada a todos,
1575 mas que ao encaminhar os cartazes, eles normalmente encaminham um ofício para
1576 elucidar as dúvidas e que se houvessem críticas, eles teriam argumentos para
1577 responder. O Conselheiro **Maurílio** disse que não menosprezava os argumentos da
1578 Conselheira **Daniela** e ratificou que as fotos foram tiradas no momento dos
1579 acontecimentos e que esse era o objetivo: captar a realidade. A Conselheira

1580 **Marlene** concluiu que o cartaz foi aprovado, com a seguinte ressalva: a inclusão do
1581 logo, das assinaturas e do ano. O Conselheiro **Maurílio** fez um encaminhamento:
1582 afirmou que mandaria um e-mail para Márcia e pediu para que os outros
1583 conselheiros também se envolvessem na finalização da logo e do segundo cartaz e
1584 combinou que assim que chegasse a arte eles farão uma primeira rodada e após
1585 aprovam por e-mail mesmo. A Assessora **Sylvia Terra** perguntou se o Diogo tinha
1586 autorização de veicular as imagens das pessoas do cartaz, pois não queria
1587 problemas para CFESS tendo em vista que eles veiculariam as imagens. A
1588 Assessora **Cristina Abreu** afirmou que as pessoas estavam dando as devidas
1589 autorizações. A Assessora **Sylvia Terra** ratificou a importância do CFESS terem
1590 estas autorizações. O Conselheiro **Maurílio** afirmou que eles tinham o termo de
1591 autorização. A Conselheira **Marlene** então registrou que, as autorizações ficariam no
1592 arquivo do CFESS e que as providências a serem tomadas em relação ao cartaz
1593 seriam feitas por e-mail e que a redação do ofício fica a cargo da Comunicação
1594 assim como o envio aos CRESS. **27.** Sobre o Seminário Regiões Fronteiriças - A
1595 Conselheira **Esther** começou sua explanação dizendo que numa discussão, na
1596 Comissão de Formação e RI, eles entenderam que o encontro deveria ter agregado
1597 os fluxos migratórios e que esse encontro seria preparatório para o seminário
1598 nacional do ano que vem, em todas as regiões. Ela afirmou que a questão de
1599 fronteira está presente em todo o País e por isso há uma preocupação em pesquisar
1600 e aprofundar para fundamentar a proposta do encontro. Ela considerou que a
1601 primeira ideia era fazer próximo aos encontros descentralizados, com o objetivo de
1602 não ter muito mais custos de organização de evento e de local. A segunda ideia era
1603 debater a realidade vivenciada por cada CRESS e assim fazer um roteiro que
1604 envolvam as questões relacionadas ao exercício profissional dessa faixa, linha ou
1605 zona de fronteira e questões que demandam também o processo de migração. Ela
1606 afirmou que não será o mesmo grupo do encontro descentralizado, mas a
1607 infraestrutura seria negociada com os CRESS, pois é importante chegar ao
1608 seminário nacional com elementos concretos para uma discussão ampla. A
1609 Conselheira **Esther** esquematizou como seria o referido encontro e propôs: uma
1610 mesa de manhã onde a temática será discutida profundamente, os seus conceitos,
1611 legalidade e problemáticas que enfrentamos no Brasil. Depois, um encontro no qual
1612 os CRESS exporiam suas questões. Ela também achava importante negociar com
1613 os locais que vão sediar os encontros descentralizados, inclusive as datas para que
1614 não ocorra encontros simultâneos, ou seja, na Região Sul, Curitiba, então, o CRESS
1615 Paraná; Região Sudeste, São Paulo, então, o CRESS São Paulo; Região Norte, Rio
1616 Branco, então, é com o Acre; Região Nordeste, Salvador, então, CRESS Bahia;
1617 Região Centro-Oeste, Cuiabá, entramos em contato com Mato Grosso. A
1618 Conselheira **Marlene** registrou que a proposta do encontro é a seguinte: seja
1619 realizado encontro regional ou oficina regional de Serviço Social e Relações
1620 Fronteiriças e Fluxos Migratórios e que sejam realizados, nas cidades acima
1621 apontadas. A Conselheira **Bernadette** ratificou a importância de discutir a respeito
1622 dos fluxos migratórios tendo em vista o que ocorreu na Copa do Mundo 2014
1623 realizado no Brasil onde um grande fluxo de africanos de Gana, Angola, Congo e
1624 Haiti entraram no País pela fronteira do Rio Grande do Sul. A Conselheira **Marlene**
1625 achou interessante o adendo da Conselheira **Bernadette** e perguntou quem seria
1626 responsável pelo roteiro e pela metodologia do seminário; a Conselheira **Bernadette**
1627 disse que a comissão pensou em chamar a Dani Castilho, mas que ela entendia que

1628 o Pleno já estaria envolvido com o assunto e quanto à metodologia envolver a
1629 comissão organizadora do seminário nacional. A Conselheira **Valéria** disse que
1630 enquanto a Conselheira **Bernadette** contava a história dos africanos; ela lembrou
1631 que em Alagoas houve uma invasão de coreanos e africanos, ela não sabia o
1632 motivo, mas entendeu que quando os CRESS forem consultados, a comissão
1633 deveria explicar sobre processo migratório. **28.** A Conselheira **Marlene** informou que
1634 a Assessora Especial **Cristina Abreu** ficou responsável pelos informes sobre os
1635 PLs. A Assessora informou que todos podiam acompanhar os projetos pelo site e
1636 que alguns PLs seriam arquivados por conta do final da legislatura, mas podiam ser
1637 perfeitamente desarquivados pelos autores. Ela afirmou que, daqueles que estavam
1638 sendo acompanhados, o PL do Piso Salarial foi arquivado e ela sugeriu duas coisas,
1639 ou enviar ofício para a autora já expressando o interesse do CFESS no
1640 desarquivamento, ou esperar uma semana, quinze dias, porque, às vezes, o próprio
1641 autor já pedia automaticamente o desarquivamento daqueles projetos que ele
1642 também tinha interesse em continuar e que tinha articulação. Ela ainda disse que o
1643 PL da educação não foi arquivado e que ela achava que não seria, pois já tinha o
1644 parecer do relator e já estava na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive era a
1645 última em que estaria tramitando. A Assessora verificou que ele não estava
1646 arquivado ainda, porque o relator já tinha apresentado parecer, no entanto, desde o
1647 ano passado, ele estava na pauta para ser votado e ainda teve uma interferência do
1648 Ministério da Educação pedindo para tirar de pauta isso depois de um debate
1649 exaustivo na comissão anterior. Ela enfatizou que eles deviam fazer uma
1650 interferência junto ao MEC ou junto ao próprio relator para que volte a tramitar
1651 normalmente. Quanto ao Estatuto da Família, ela achava que a maior preocupação
1652 era o teor dele, pois era um projeto muito desastroso e que se fazia mister articular
1653 com a deputada Érika Kokay, pois o parecer do relator era pior do que o projeto.
1654 Enfim, ela sugeriu esperar a recomposição das comissões na Câmara Federal. A
1655 Assessora ainda esclareceu que o PL 122, que criminalizava a homofobia, estaria
1656 tramitando paralelamente com o projeto da reforma do Código Penal. Desta forma, a
1657 Assessora concluiu que alguns processos foram arquivados, não por questão de
1658 mérito, mas por questão regimental. Ela ainda acrescentou que, depois das eleições
1659 de 2014, o Puty não foi reeleito, mas o Paulo Rocha foi eleito senador pelo Pará e
1660 que eles poderiam solicitar uma audiência com ele em Brasília para fazer um debate
1661 sobre o piso salarial, sem contar que tem outros deputados que foram eleitos, um do
1662 PSOL, Edmilson Rodrigues, que foi prefeito de Belém, eleito como deputado federal.
1663 O Conselheiro **Maurílio** acrescentou que o Puty tinha solicitado uma reunião, pois
1664 ele achava o projeto com salário alto. Então, ele queria saber a média para propor a
1665 média. Sendo assim, O Conselheiro **Maurílio** entendeu que era uma pegadinha,
1666 porque não ia dar certo essa ideia, porque a média do salário dos assistentes sociais
1667 não era a média que eles queriam como piso. De qualquer forma foi feita a consulta.
1668 A Assessora **Cristina Abreu** em resposta à pergunta da Conselheira **Marlene**, que
1669 quis saber se os CRESS responderam à consulta, disse que poucas CRESS
1670 responderam. De qualquer forma, a Assessora não achava que a falta desta
1671 informação era fator impeditivo para ele elaborar seu relatório. A Conselheira
1672 **Marlene** mostrou-se preocupada com o encaminhamento do PL do Piso Salarial,
1673 pois a pressão da categoria era forte. Ela achava primordial pensar em algumas
1674 estratégias independentemente das articulações que estavam acontecendo.
1675 Inclusive achava inevitável que houvesse o levantamento dos salários, pois o piso

1676 salarial teria que ser discutido com base em algo concreto. A Conselheira **Josiane**
1677 disse que, de fato, era preciso tomar algumas iniciativas mais concretas, além do
1678 acompanhamento, porque, de fato, havia uma pressão da categoria em torno dessa
1679 história do piso. Então, ela sugeriu, num primeiro plano, desarquivar, mas ela alertou
1680 da necessidade de pensar um pouco melhor sobre isso, do ponto de vista das
1681 estratégias, porque, por exemplo, levantamento de pisos, de valores, tinham que ser
1682 associadas à pesquisa de perfil. Desta forma, os dados teriam que ser atualizados
1683 ao longo da pesquisa que deveria ser feita. Ressaltou ainda que, se fosse pedido
1684 aos CRESS levantamento disso, os CRESS não teriam, sem contar que os dados
1685 deveriam partir de uma pesquisa censitária, com dados mais confiáveis, que era o
1686 que ela pretendia ter no final da pesquisa de perfil que iriam retomar. Então, ela
1687 concluiu que desta forma iriam juntando subsídios mais concretos ao longo da
1688 articulação. Ela ainda ratificou que a iniciativa de desarquivamento deveria ser do
1689 relator. Ela perguntou quem tinha distribuído essa relatoria e a Assessora **Cristina**
1690 **Abreu** respondeu que era o Presidente da Comissão, então ela disse que o
1691 importante era ver com quem iria ficar e fazer a articulação. A Conselheira **Daniela**
1692 **Neves** concordou com a Conselheira **Josiane** e enfatizou que, na hora de discutir o
1693 piso dos assistentes sociais, precisaria ser trabalhado com os dados das realidades.
1694 No entanto, deveriam recolhê-los de outra forma, pois a Comissão de Finanças iria
1695 diminuir muito. A Conselheira **Daniela Castilho** lembrou que a ideia de pesquisa da
1696 Conselheira **Josiane** era no sentido de ter dados concretos. Ela disse ainda que
1697 deveria ser pensado o quanto de energia que eles deveriam ter para conseguir
1698 passar a proposta, pois eles não deviam ceder à pressão da categoria e ceder a
1699 qualquer proposta. A Conselheira **Marlene** concordou com as considerações da
1700 Conselheira **Daniela Neves** e corroborou com a ideia da pesquisa de salário nas
1701 pontas e salientou que todos também precisam estar preparados para a pressão
1702 contrária, que era o lobby para não aprovação desse PL. Ela disse que estava
1703 pensando em estratégias de enfretamento e que de qualquer forma precisava do
1704 levantamento. A Assessora **Cristina Abreu** refutou o que estava em discussão,
1705 pois ela informou que o piso do PL estava definido e que o valor proposto em 2008
1706 era R\$3.720,00, então, calculando as correções ano a ano, em 2015 deveria estar
1707 por volta de R\$ 7.000,00, e que esse valor foi determinado por conta de um projeto
1708 da década de 80 que dizia “dez pisos ou dez salários mínimos”. No entanto, quando
1709 ela conversou com um Assessor que disse que estava muito alto, resolveram botar
1710 algo em torno de sete a oito salários, que era a referência da época, em 2008.
1711 Sendo assim, ela concluiu que o piso não era o principal, pois já está definido, o
1712 problema é encontrar um padrinho que agarre esta causa. A Conselheira **Daniela**
1713 **Castilho** encaminhou o seguinte: entrar em contato com a comissão, pedir
1714 desarquivamento, fazer um levantamento da composição e ficar de olho para quem
1715 seria distribuído. Ela ainda sugeriu marcar uma audiência tanto com o Paulo Rocha,
1716 que é o senador, quanto com o Edmilson, que é o deputado federal do PSOL, numa
1717 tentativa de articulação política. Então a Conselheira **Marlene** pediu o registro de tal
1718 encaminhamento. A Conselheira **Daniela Neves** alertou que se eles não fizerem
1719 parte da comissão, dificultará as coisas. Então, a Conselheira **Josiane** sugeriu em
1720 esperar a comissão ser instituída para começarem as articulações. A Assessora
1721 **Cristina Abreu** registrou: aguardar a composição da comissão e a indicação de
1722 novos relatores, agendar uma audiência com o Paulo Rocha e Edmilson Rodrigues.
1723 A Conselheira **Marlene** perguntou se eles deveriam articular com o MEC a respeito

1724 do PL Educação que não estava arquivado e que estava na Comissão de Justiça e
1725 como estava o Estatuto da Família. E a Conselheira **Solange** perguntou sobre o PL
1726 das drogas. A Assessora **Cristina Abreu** esclareceu que o PL das drogas não teve
1727 nenhum movimento recente; o da Almaterra estava com pedido de audiência pública
1728 desde 2014; o da Família foi arquivado e desarquivado e ela via como um caminho
1729 conversar com a Deputada Federal Erica Kokay, que é de Brasília, pois a tendência
1730 dela é continuar na comissão. Quanto ao PL da Educação, ela afirmou que não seria
1731 necessário articular com o MEC, já que eles pediram para retirar da pauta e a
1732 comissão acatou, então ela achava mais prudente, conversar com o Fábio Trade,
1733 que era o relator do PL e deputado do Mato Grosso do Sul. A Conselheira **Josiane**
1734 sugeriu colocar o PL da Educação na pauta da Comissão de Formação tendo em
1735 vista que tinham pautas em comum e assim tentariam articular uma reunião
1736 conjunta. Ela ainda ressaltou que poderiam conversar sobre o PL Educação como
1737 uma das demandas, no diálogo com o MEC, dependendo do andamento do primeiro
1738 contato, que tinha de ser com o relator, mas também para lembrar desta pauta na
1739 reunião conjunta entre COFI e Formação que iria ser marcada. **29. Relatório de**
1740 **Gestão - A Assessora Cristina Abreu** iniciou a explanação afirmando que havia
1741 uma data para mandar o relatório para a Comissão Especial, que por sua vez, se
1742 reuniria no pleno de março. Prazo até 23/02/2015, segunda-feira, depois do
1743 carnaval, para que eles tivessem cerca de 30 dias, um pouco menos. Ela disse que
1744 receberam o relatório da COFI e fizeram e-mail para as coordenadoras pedindo para
1745 mandar até o dia 11 os relatos das comissões; no entanto, as representações da
1746 Seguridade, já havia bastante tempo, estavam sendo cobradas. Ela apenas lembrou
1747 que receberam de Magali e Jucileide; das externas, de Ruth; internamente quem
1748 mandou o relato foi Solange, Hirley, Marlene e das externas: tinha pendência com
1749 Tuca, que há pouco tempo deu sinal de vida e só faltava a Mary, que prometeu
1750 mandar. Ela solicitou a todos que obedecessem ao prazo do dia 11 de março de
1751 2015, pois a sua assessoria tinha que consolidar as informações. A Assessora pediu
1752 também a definição de quem faria a apresentação do relatório. Ela expôs outra
1753 questão em relação aquelas representações que não enviavam o relatório, ou seja,
1754 o pleno tinha que tomar uma decisão, sendo assim, ela sugeriu que fosse
1755 preenchido um formulário a cada reunião dizendo as principais discussões, assim,
1756 aos poucos, eles teriam tudo compilado. E, em resposta ao Conselheiro **Maurílio**, no
1757 caso das representações não mandarem o relatório o que aconteceria, a Assessora
1758 **Cristina Abreu** informou que a representação nem era citada no relatório. A
1759 Assessora **Zenite Boguea** disse que a Alessandra estava tentando consolidar, nesse
1760 final de semana, o eixo de Seguridade e era para encaminhar direto para ela até o
1761 dia 11. A Conselheira **Marlene** perguntou para Maurílio e Ester quem faria a
1762 apresentação e o Conselheiro **Maurílio** informou que seria inserida a avaliação de
1763 final de ano que a Esther tinha feito. **30. Comissões - A Conselheira Esther**
1764 começou sua explanação falando do GT Inadimplência; disse que foi discutida a
1765 importância de terem uma assessoria, ou melhor, na verdade, o objeto dessa
1766 contratação seria a sistematização dos dados produzidos pelo GT Inadimplência,
1767 que são o Quadro Síntese da normativa e também a pesquisa do perfil do
1768 profissional em situação de inadimplência, com isso eles teriam um fundamento, ou
1769 seja, um dado produzido pelo GT, que seria utilizado na redação do texto da política
1770 de combate à inadimplência. No entanto, ela explicou que o GT entendeu que não
1771 tinha condição de fazer o texto da política, então eles avançaram na reunião,

1772 partindo da lógica que a política de combate à inadimplência tem de partir das
1773 causas levantadas que geravam a inadimplência e que muitas vezes eram questões
1774 estruturais e conjunturais do país. Então, pensaram numa estrutura no GT. Ela falou
1775 de outro encaminhamento: solicitação que fizeram à assessoria jurídica para fazer
1776 um glossário. Com isso, o texto estaria dividido em partes mais gerais no âmbito das
1777 causas dessa inadimplência e, depois, estratégias e ações para o combate à
1778 inadimplência. A Assessora também abordou sobre a questão do protesto em
1779 cartório da dívida, disse ainda que o CRESS São Paulo e de Minas estão fazendo,
1780 mas ela achava interessante a discussão, pois havia impactos políticos no uso
1781 dessa estratégia. E, além disso, foi discutida a questão da suspensão por débito. Ela
1782 informou que foi encaminhado pelo CFESS a contratação dessa assessoria e surgiu
1783 o nome da Marinete Moreira, que foi conselheira, Vice-Presidente na gestão
1784 passada e que participou do GT Inadimplência, que, por sua vez, aceitou o convite;
1785 a contratação não podia ultrapassar o valor de R\$ 8.000,00, seria feita uma
1786 justificativa do motivo da assessoria; o pagamento seria pela tabela de honorários. O
1787 que ficaria em torno de 6, 7 mil. Ela concluiu que o intuito desta assessoria seria
1788 para poder fazer a redação do texto ou da política com embasamento e não
1789 aleatoriamente. A Conselheira **Nazarela** e a Assessora **Adriane Dias** concordaram
1790 com a exposição da Conselheira Esther, que por sua vez acrescentou que a
1791 participação do presidente do CRESS Rio Grande do Sul foi muito produtiva e da
1792 importância de formalização da indicação da Laressa, que era a representante da
1793 Região Sudeste, que ocorreu em dezembro de 2014. A Conselheira **Josiane**
1794 perguntou se a proposta de contratação de assessoria para a política de
1795 inadimplência estava aprovada e todos aprovaram. Desta forma, a Conselheira
1796 **Esther** encaminhou que o objeto seria a sistematização dos dados produzidos pelo
1797 GT Inadimplência e redação do texto da política de combate à inadimplência; que a
1798 Comissão de Licitação já estava elaborando o contrato e que faria a manifestação
1799 Jurídica e o valor praticado seria em torno de 7 mil reais e que a próxima reunião do
1800 GT seria em 13 de abril, já com a presença da assessoria. O outro ponto abordado
1801 pela Conselheira foi sobre Fundo de Apoio, informou que a reunião de 31 de janeiro
1802 de 2015 foi produtiva e que eles agendaram a próxima reunião para 14 de março de
1803 2015; pediu para registrar no Pleno, porque eles deveriam providenciar a compra
1804 das passagens e emitir os ofícios; o motivo da reunião era a análise dos novos
1805 documentos solicitados aos dois CRESS (CRESS-PE e MS) que estavam solicitando
1806 recurso do Fundo de Apoio. Eles não aprovaram os projetos, mas pediram mais
1807 documentos para fundamentar a solicitação. O outro ponto abordado pela
1808 Conselheira foi a reunião do GT Recadastramento e, nessa reunião, houve a reunião
1809 com a Comissão de Licitação e já conseguiram agendar uma visita com uma
1810 empresa que fazia emissão de cartões, a GID, uma empresa multinacional alemã
1811 que participou do encontro; ela informou que o que faltava definir nesse edital era se
1812 teria três objetos: emissão de cartão do recadastramento, realização do
1813 recadastramento e pesquisa; pois se tivesse de pedir para a empresa fazer o
1814 recadastramento e emissão para pesquisa, iria encarecer a carteira e o profissional
1815 iria pagar por isso, mas se for feito um edital só para emissão da carteira, baixa o
1816 custo para o profissional. No entanto, ela ressaltou que, se for feito outro edital para
1817 o recadastramento e para a pesquisa o CFESS, iriam arcar com o custo; a
1818 Conselheira disse que havia grande possibilidade de inexigibilidade de licitação, pois
1819 só a empresa Implanta prestava este tipo de serviço, tendo em vista que as outras

1820 empresas não estavam à altura de fornecer aquilo que a Implanta oferecia. Assim, a
1821 Conselheira encaminhou ao Pleno a necessidade do GT Pesquisa se reunir. Dando
1822 continuidade, A Conselheira **Esther** solicitou ao Pleno uma decisão sobre como
1823 seria o cadastramento; simples ou com questões para além do cadastro atual, pois
1824 no segundo caso, implicaria em mais custos e era um assunto que o GT Pesquisa
1825 poderia abordar. A Conselheira **Daniela Neves** concordou com o exposto pela
1826 Conselheira Esther e fez algumas considerações e questionou sobre a questão do
1827 repasse do custo para os profissionais em relação à pesquisa, se já estava decidido
1828 ou se o Pleno deveria decidir. A Conselheira **Esther** informou que não havia
1829 orçamento para tal objetivo e que ficaria a cargo do profissional, por isso seria
1830 interessante um sistema único. A Assessora **Cristina Abreu** tinha a opinião de que
1831 o cadastramento é uma atualização de cadastro, por isso ela não via necessidade
1832 de mexer no cadastro que já existe na Implanta. A Conselheira **Esther** abordou a
1833 questão da gestão do trabalho, a primeira foi a avaliação de desempenho dos
1834 funcionários e elencou, a saber, “São três grupos de avaliação de desempenho.
1835 Então, só para registrar no Pleno, para ciência e registro aqui, período aquisitivo de
1836 outubro de 2013 a março de 2015, que vai vencer agora no final de março, a gente
1837 aplicaria agora para início, em abril, seriam: Antônio, Jarbas, Maria das Graças,
1838 Maurício, Sandra Helena e Wilson. Esse é um bloco, um grupo para fazer avaliação
1839 de desempenho. Outro grupo para o período aquisitivo de julho de 2013 a dezembro
1840 de 2014, esse já venceu, seriam: Diogo, Vitor e Ana Cláudia. Para o período
1841 aquisitivo de agosto de 2013 a janeiro de 2015, que também já venceu, seria a
1842 Esther”; a Conselheira então informou o que foi acertado entre os avaliadores e os
1843 avaliados, e O Conselheiro **Maurílio** lembrou que eles não trabalhavam com banco
1844 de horas e que todos deveriam receber pelas horas extraordinárias de trabalho. **30.2**
1845 A Conselheira **Daniela Neves** começou a discussão propondo o nome da assistente
1846 social e jornalista Cláudia Diniz Correia para o debate da questão da
1847 democratização da comunicação devido a sua experiência na área. A Conselheira
1848 **Nazarela** corroborou com a indicação e ainda disse que a senhora Cláudia Diniz
1849 Correia era uma pessoa muito interessada no assunto. A Conselheira **Josiane**
1850 perguntou se mais alguém queria discutir sobre a indicação e ninguém se
1851 manifestou. O Conselheiro **Maurilio**, então, confirmou a aprovação do Pleno a
1852 respeito da indicação da Claudia Corrêa e sugeriu que fosse feito o convite e que a
1853 viagem da senhora Cláudia fosse arcada pela CFESS. A Conselheira **Daniela**
1854 **Neves** passou para a pauta da Comunicação: Agenda 2016: primeiro ela informou
1855 ao Pleno que a ação já foi iniciada e que pretendem apresentar no encontro
1856 nacional, porque será uma agenda com o tema dos 80 anos do Serviço Social no
1857 Brasil e com isso, eles pretendiam ter concluído tudo até agosto. Ela explanou os
1858 passos: convidar o assistente social Mione e fazer a licitação projeto gráfico. O
1859 Conselheiro **Maurílio** lembrou a todos que na hora de discutir a respeito da agenda,
1860 se preocupassem não com as necessidades individuais, mas a partir das
1861 necessidades dos estados. A Conselheira **Daniela Neves** informou sobre a
1862 campanha de gestão e a campanha do Dia do Assistente Social, que também já foi
1863 iniciada e que a intenção era de lançá-la no encontro nacional; ela passou para o
1864 outro ponto: o jornal do CFESS, ou melhor, o Jornal do Conjunto. A ideia dela era
1865 que as comissões trabalhassem com a ideia de cada comissão produzir um tema
1866 para compor o jornal, o que não queria dizer que todas as comissões teriam uma
1867 seção. E a título de informação, ela avisou que eles já elencaram como tema: a

1868 questão do recadastramento das carteiras e da pesquisa, a questão dos 80 anos no
1869 Brasil, o Seminário de Seguridade e divulgação da agenda de eventos para o ano de
1870 2015. Enfim, para a Conselheira o importante era que todos encaminhassem, até o
1871 dia 28 de fevereiro, as propostas da comissão para a Assessoria de Comunicação,
1872 pois o jornal deveria estar pronto até o dia 15 de abril, pois passaria por vários
1873 processos: diagramação e postagem e a intenção deles era estar nas regionais em
1874 maio, ponto concluído. CEDH - A Assessora **Adriane Dias** iniciou informando a
1875 respeito da Deliberação 11, que era reforçar as lutas pela aprovação da versão
1876 original do PLC 122/06; quanto as Deliberações 17 e 20, ficou acertado debater os
1877 dois temas numa mesa de abertura do CBAS e depois de um longo debate entre os
1878 conselheiros, principalmente, Maurílio e Daniela Neves, foi proposto e aprovado pelo
1879 Pleno que o eixo da mesa de abertura dos CBAS, que normalmente era a análise de
1880 conjuntura do CBAS, seria o debate da militarização da vida, dos assassinatos dos
1881 jovens e todas essas questões que estavam relacionadas às Deliberações 17 e 20
1882 da Ética. A Assessora **Adriane Dias** deu continuidade passando para o último item
1883 da Ética: o preenchimento do monitoramento. Solicitaram a inclusão de uma coluna
1884 chamada “deliberação/responsabilidade” e em seguida viriam as avaliações,
1885 finalizando assim CEDH. A Conselheira **Josiane** iniciou o ponto da COFI falando do
1886 teste executado com o monitoramento das deliberações que foi um sucesso; em
1887 seguida, ela levou uma questão para o Pleno a respeito da necessidade de pautar
1888 com a Formação uma reunião conjunta, pois existiam algumas questões, mas uma
1889 que apareceu novamente na reunião de janeiro foi uma denúncia feita pelo CRESS
1890 Ceará a respeito de uma faculdade do Ceará que estava emitindo diploma e
1891 formalizando um curso de extensão que estava sendo feito de modo bastante
1892 rápido, ou seja, as pessoas faziam as horas, disciplinas modulares, uma coisa quase
1893 à distância, muito rapidamente nesse tal curso de extensão, e quando chega a hora
1894 do estágio, eles migram para uma faculdade que era credenciada para graduar em
1895 Serviço Social. Portanto, eles faziam estágio nessa faculdade e saíam com diploma
1896 de assistente social; foram tomadas providências, a fiscalização pediu o
1897 comparecimento da coordenadoria de estágio e da coordenadoria da faculdade para
1898 que se explicassem, mas as duas ignoraram a convocação; então ela considerou
1899 novamente a possibilidade intercomissão no intuito de junção dessas pautas e tomar
1900 uma iniciativa conjunta; e para finalizar a Conselheira disse que vai aguardar o
1901 desdobramento e a possibilidade de conversar com a Formação antes da audiência
1902 marcada com o MEC. A Conselheira **Esther** explicou a ausência da Erlênia e iniciou
1903 a apresentação da Formação falando dos encaminhamentos: começando pela
1904 discussão do agendamento de uma reunião com o MEC para o dia 20 de março de
1905 2015 com a presença da ABEPSS; a Conselheira fez algumas considerações a
1906 respeito do dia da reunião, no entanto, depois de uma ampla discussão em relação a
1907 pauta, data, hora desta reunião e até mesmo a questão dos levantamentos de dados
1908 para levarem ao MEC, ficou proposto pela Conselheira **Esther** o seguinte: esperar a
1909 reunião com a ABEPSS, que seria na semana seguinte, e fazer a reunião do GT no
1910 dia 28 de março; dando continuidade a explanação, A Conselheira **Esther** passou
1911 para a próxima questão, reunião com o ANDES – Sindicato Nacional em março, mas
1912 ela ainda tem que ver a agenda deles; outro ponto é o ofício-padrão para as UFAS
1913 em ampliação e propôs a assinatura deste expediente em conjunto com a ABEPSS;
1914 e como um ponto para encaminhamento a Conselheira **Esther** solicitou a
1915 verificação do envio do ofício das cartilhas para as entidades parceiras e também a

1916 cartilha sobre a Incompatibilidade entre Serviço Social e Educação a Distância,
1917 Volume II. A Assessora **Cristina Abreu** perguntou se constava o envio das cartilhas
1918 para os conselhos federais; e A Conselheira **Esther** disse que não elencou como
1919 estava: “o envio da cartilha de Incompatibilidade, 20 para o ANDES, para conselhos
1920 federais; filiados à ABEPSS; a própria ABEPSS; coordenação nacional, regionais,
1921 ENESSO. Em relação às providências para participação dela, Sandra e Maurílio no
1922 2º Congresso de Porto Rico e na reunião do COLACATS, pois Porto Rico demanda
1923 a emissão de visto, porque era um estado administrativo dos Estados Unidos e
1924 diante disso, não era simples entrar no país, por isso tinha de ter emissão das
1925 passagens, por tanto ela precisava da aprovação da representação formal do
1926 CFESS e os conselheiros que quisessem participar teriam de pagar a passagem, o
1927 CFESS não pagaria a passagem e que a data da reunião do COLACATS seria no
1928 período de 27 a 29 de outubro e o congresso será nos dias 30 e 31 de outubro. A
1929 Conselheira **Josiane** colocou em discussão e o encaminhamento foi aprovado. E
1930 para concluir RI, A Conselheira **Esther** informou que o documento sobre o Estudo
1931 das Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais que foi resposta da pesquisa
1932 feita no site do CFESS pelo COLACATS ainda não tinha sido concluído e que
1933 precisam apresentar até meados de março e como todos estavam focados no
1934 relatório, então, ela pediu apoio da assessoria. A Conselheira **Nazarela** falou a
1935 respeito da Seguridade e informou que, em decorrência da Alessandra não ter vindo,
1936 ela coordenaria a reunião da comissão até um determinado momento e, depois, a
1937 Zenite deu continuidade, falando sobre a eleição do CONADE, que era o Conselho
1938 em Defesa dos Portadores de Deficiência que seria no dia 23 de fevereiro e o
1939 CFESS se candidatou na representação dos trabalhadores que era a mais
1940 concorrida e quem iria seriam a Solange e a Zenite e, caso o CFESS se elegesse
1941 num segundo momento, o Pleno teria que indicar o titular e o suplente; a tramitação
1942 do PL 6271, que dispunha sobre a inclusão de assistente social nas Unidades de
1943 Atenção Primária à Saúde e daria continuidade à incidência política na inclusão do
1944 assistente social na estratégia da saúde da família e nos núcleos de saúde da
1945 família; ela entendia que a condução deveria ser a mesma que foi dada em relação
1946 aos outros projetos de lei, ou seja, aguardar a recondução dessas comissões, e ver
1947 quem seriam os relatores; quanto ao Pleno de março, ela avisou que iriam elaborar
1948 um documento para a categoria relacionada ao FENTAS, retomando a história, para
1949 fazer a incidência junto com o acompanhamento do projeto de lei e pautar na
1950 Conferência Nacional de Saúde; ela também pediu para que o Pleno deliberasse
1951 sobre as ações conjuntas com entidades, movimentos sociais, em defesa do SUAS
1952 e contra a privatização da saúde; ela informou que, em relação a isso, já estava em
1953 andamento o apoio ao Seminário Internacional que aconteceria no final de março; e
1954 que da comissão ficou acertada a participação dela e da Solange e que também
1955 existia a indicação da participação de Maurílio. O seminário era da Frente Nacional
1956 contra a Privatização do SUAS, aconteceria no Rio de Janeiro e ainda que estava
1957 prevista a ida de dois palestrantes internacionais; haveria cobertura jornalística;
1958 sendo assim, ela encaminhou para o Pleno a questão das passagens dos
1959 palestrantes; e também a questão da definição da data da reunião com as
1960 representações externas do CFESS então, ela deu a ideia da circulação de e-mail
1961 para fechar tal data. A Conselheira **Nazarela** esclareceu a respeito do CONADE
1962 que, pelo edital, a entidade eleita tenha um prazo para fazer indicação desses
1963 nomes e os conselheiros preferiram aguardar as eleições para dar a indicação. A

1964 Assessora **Zenite Bogea** deu o feedback a respeito da demanda solicitada pelo
1965 Conselheiro Maurílio em relação ao apoio financeiro para o Movimento Nacional de
1966 População de Rua; ela disse que a comissão avaliou e lembrou que em outros
1967 momentos o CFESS já tinha esse apoio e que a comissão avaliou que esse pedido
1968 era para uma reunião preparatória para o encontro nacional; ou seja, que o CFESS
1969 não desse apoio nesse momento, mas no encontro nacional; foi aprovado. Definido
1970 que as conselheiras **Daniela Castilho** e **Nazarela** elaborarão o CFESS Manifesta do
1971 Dia Internacional da Mulher, a ser enviado por email para aprovação. O Conselheiro
1972 **Maurílio** fez as considerações finais e, não havendo mais o que tratar, deu por
1973 encerrada a reunião do Conselho Pleno.

Brasília, 08 de fevereiro de 2015.

Maurílio Castro de Matos
Presidente

Tânia Maria Ramos Godoi Diniz
1ª Secretária